

**UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

**QUANDO BEM-ESTAR NEM SEMPRE É ESTAR BEM;**  
**a revista *Marie-Claire* e as estratégias**  
**discursivas (2008/2011)**

**DANIELA MENEZES DA SILVA DOS SANTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação.

**SÃO PAULO**

**2013**

**UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

**QUANDO BEM-ESTAR NEM SEMPRE É ESTAR BEM;  
a revista *Marie-Claire* e as estratégias  
discursivas (2008/2011)**

**DANIELA MENEZES DA SILVA DOS SANTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Barbara Heller.

**SÃO PAULO**

**2013**

Santos, Daniela Menezes da Silva dos.

Quando o bem-estar nem sempre é estar bem: a revista Marie-Claire e as estratégias discursivas (2008/2011) / Daniela Menezes da Silva dos Santos - 2013.

102 f.: il. color.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista, São Paulo, 2013.

Área de Concentração: Contribuições da Mídia para a Interação entre Grupos Sociais.

Orientadora: Profª. Barbara Heller

1. Bem estar. 2. Controle social. 3. Corpo. I. Título. II. Heller, Barbara (orientadora).

**DANIELA MENEZES DA SILVA DOS SANTOS**

**QUANDO BEM-ESTAR NEM SEMPRE É ESTAR BEM;  
a revista *Marie-Claire* e as estratégias  
discursivas (2008/2011)**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado em Comunicação da  
Universidade Paulista – UNIP, para  
obtenção do título de mestre em  
Comunicação.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Prof. Nome do Professor  
Universidade Paulista – UNIP

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Prof. Nome do Professor  
Universidade Paulista – UNIP

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Prof. Nome do Professor  
Universidade Paulista UNIP

## **DEDICATÓRIA**

Dedico essa dissertação a minha família, em especial ao meu marido que esteve presente em minhas ausências e a minha filha que participou ativamente em meu ventre durante toda a construção dos dois últimos capítulos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, ao meu pai por ter lutado toda a vida para me proporcionar uma educação de qualidade, pautada em respeito e valores. Agradeço imensamente a minha orientadora Dra. Barbara Heller por toda sua cooperação e dedicação, bem como a banca de qualificação, composta pelas professoras Dra. Carla Longhi e Dra. Tânia Marcia Cesar Hoff, que contribuiu além do que eu poderia imaginar, dando um norte à estrutura do trabalho e compartilhando seu conhecimento humildemente para a melhoria da dissertação.

## RESUMO

Essa dissertação tem por finalidade analisar e discutir o controle social feminino na contemporaneidade a partir das reflexões de Foucault (2011) tendo como objeto de estudo a seção Bem Viver da revista **Marie Claire**, de 2008 a 2011, período ao longo da qual ela permaneceu ativa.

Analisamos o discurso sobre bem estar veiculado nessa seção para averiguar se as alterações que esse termo sofreu deveu-se, principalmente, às lógicas de consumo na contemporaneidade, uma das ferramentas que viabilizam, explícita ou implicitamente, o controle social feminino.

No primeiro capítulo refletimos sobre o suplício e a utilização da dor do corpo como forma de controle social, bem como a sua atualização, dentro da mesma lógica, na contemporaneidade.

Dando continuidade às ideias de Foucault (2011), em seguida, buscamos a compreensão sobre a disciplina coercitiva em várias instâncias da sociedade que submeteram a mulher à padronização de comportamento e consequentemente ao controle social por meio das operações do corpo.

No terceiro capítulo comparamos a noção de bem estar veiculada na revista com a definição desse termo pela OMS (Organização Mundial da Saúde), bem como o entendimento da sua popularização para as brasileiras.

O panóptico, de Foucault (2011), funcionou como a referência a partir da qual se compreendeu o autocontrole feminino na sociedade contemporânea e a mídia, especificamente a revista *Marie Claire*, como dispositivo de poder sobre a mulher, por meio do discurso de bem estar.

**Palavras chave:** Bem estar, controle social e corpo.

## ABSTRACT

The aim of this thesis is to study the section “Bem Viver” of the magazine Marie Claire (2008-2011) in order to discuss feminine social control in the contemporary world in the light of Foucault’s theory (2011).

We analyse the discourse of well being, which permeates this section, in order to find out whether the variations that this term has suffered were due, mainly, to the changes in the trends of consumerism in the contemporary world, considering that it is one of the tools that facilitates both, explicitly and implicitly, feminine social control.

In the first chapter, in the light of Foucault’s theory, we reflect on his use of both the term torture and physical pain, as a form of social control, as well as the different forms that they have assumed, within the same perspective, in the contemporary world.

Still from a Foucauldian perspective (2011), we discuss society’s diverse disciplinarian actions that submit women to established patterns of behavior and, consequently, to social control through the actions inflicted upon their bodies.

In the third chapter we compare the notion of well being, articulated in the magazine, with the World Health Organization’s definition of the term and its use among Brazilian feminine readership.

Throughout this thesis, Foucault’s panopticon (2011) functioned as a theoretical reference in order to understand feminine self-control in contemporary society and media, particularly in Marie Claire, in which the discourse of well being functions as a device of power over women.

**Key words:** well being; social control; body

## **LISTA DE TABELAS E FIGURAS**

Tabela 1 - Ranking de execuções, por país .....	38
Tabela 2 - Comparativo da evolução da industria .....	79
Imagen 1 - Capa da seção Bem Viver – Edição janeiro 2011 .....	75
Imagen 2 - Ilustração da matéria – Edição novembro 2010 .....	76
Imagen 3 - Capa da seção Bem Viver – Edição novembro 2010, número 236 .....	82
Imagen 4 - Edição Fevereiro de 2011, número 239 .....	85
Imagen 5 - Destaque da seção Bem Viver – edição fevereiro 2011.....	86
Imagen 6 - Anúncio da edição novembro de 2008, número 212 .....	88
Imagen 7 - Edição de outubro de 2010, número 235 .....	90
Imagen 8 - Destaque da seção Bem Viver - Edição de outubro de 2010, número 235 .....	90
Imagen 9 - Edição novembro de 2008, número 212 .....	91
Imagen 10 - Edição novembro de 2010, número 236 .....	91
Imagen 11 - Edição novembro de 2010, número 236 .....	92

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO DA UTILIZAÇÃO DO SUPLÍCIO DO CORPO COMO CONTROLE SOCIAL .....</b>	<b>20</b>
1.1. O suplício como punição dos condenados.....	20
1.2. A dor física imposta ao corpo feminino como dispositivo de controle social	29
1.3. A dor física imposta ao corpo feminino como dispositivo de controle social: Brasil	32
1.4. O corpo flagelado na contemporaneidade .....	34
<b>2. DISCIPLINA – A PERCEPÇÃO DO CORPO COMO ALVO E INSTRUMENTO DE PODER.....</b>	<b>41</b>
2.1. Corpo: produtividade e docilidade .....	41
2.2. A disciplinarização da mulher brasileira .....	46
2.2.1. O casamento .....	48
2.2.2. A escola.....	51
2.2.3. A religião e a imprensa feminina.....	54
2.3. Disciplina e bem-estar para o corpo feminino dentro da seção Bem Viver (Revista <i>Marie Claire</i> ) .....	56
<b>3. BEM-ESTAR: OPÇÃO OU DETERMINAÇÃO? .....</b>	<b>64</b>
3.1. Da imposição ao autocontrole social por meio das operações do corpo.....	65
3.2. A definição de bem-estar pela OMS e a sua popularização no Brasil.....	73
3.3. O autocontrole em favor da busca pelo bem-estar sugerido pela revista <i>Marie Claire</i> .....	81
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação consiste em uma pesquisa qualitativa, a partir da análise de discurso, que visa contribuir para a reflexão sobre as noções de bem estar veiculados na revista *Marie Claire*, mais propriamente na seção Bem Viver, com intuito de analisarmos as congruências que existem com as discussões de Foucault (2011) sobre o controle social por meio das operações do corpo.

Para detalharmos melhor o processo de construção dessa dissertação subdividimos a introdução nos itens abaixo.

### **Tema**

Este trabalho analisa as estratégias discursivas relativas ao bem-estar na seção Bem Viver da Revista *Marie Claire*, durante o período de 2008 a 2011, como forma de imposição de corpos supliciados, disciplinados e autocontrolados.

### **Problema**

Como as estratégias discursivas relativas ao bem-estar em *Marie Claire* (2008-2011) manifestam a necessidade de autocontrole e de disciplina do corpo feminino?

### **Objetivo geral**

Identificar e analisar as estratégias discursivas sobre bem-estar na revista *Marie Claire*, a fim de compreender as manifestações implícitas e explícitas de autocontrole e disciplina do corpo feminino para corresponder a um imaginário androcêntrico e hegemônico. Essa análise será realizada, principalmente, a partir dos estudos de Michel Foucault.

### **Objetivos específicos**

- 1) Demonstrar como os instrumentos de controle social de Michel Foucault (suplício, disciplina e autocontrole) estão presentes na construção da imagem ideal de gênero feminino.

- 2) Analisar as representações do corpo feminino em *Marie Claire*.
- 3) Comparar as matérias da seção *Bem Viver* com os anúncios da mesma seção.
- 4) Cotejar, criticamente, o discurso de bem-estar veiculado (explícita ou implicitamente) em *Marie Claire* e o conceito de bem-estar da Organização Mundial da Saúde (O.M.S).

### **Objeto de estudo**

A escolha desse objeto de estudo se deu porque identificamos na revista *Marie Claire*, voltada ao público feminino, uma seção que tem por objetivo sanar dúvidas sobre assuntos relacionados ao bem-estar da mulher. Trata-se da seção *Bem Viver*, que se anuncia comprometida com a “verdade”, isto é, com dados científicos (portanto, uma voz de autoridade), mas, ao mesmo tempo, é veiculada por meio de um discurso jornalístico, que, como sabemos, não é (nem nunca foi) imparcial, mas ideológico e a serviço dos interesses comerciais da editora e de seus acionistas.

A *Marie Claire* se autopromove afirmando, sem nenhum dado concreto, ser uma das publicações “mais importantes, de todo o mundo” e voltada especialmente ao universo feminino, conforme se lê no trecho abaixo, extraído do seu *site*:

#### **Chique é ser inteligente**

Uma das mais importantes publicações femininas de todo o mundo, *Marie Claire* é uma revista completa. *Marie Claire* é moda com atitude, tendência e estilo. É informação com depoimentos emocionantes, surpreendentes e fotos reveladoras. Equilibra reportagens de impacto com o universo sofisticado da moda e da beleza. *Marie Claire* é feita para mulheres reais, sem estereótipos, inteligentes, modernas e com um olhar para o estilo (EDITORIA GLOBO, 2012)

Ainda segundo Editora Globo (2012), em abril de 2012 a revista completou 21 anos e é considerada o “carro-chefe” das revistas femininas da Editora Globo. Publica 207.421 exemplares mensalmente, detêm 623 mil leitores exclusivos e tem uma projeção de 1.094.000 leitores no Brasil. Seu *slogan*, atualmente é: “Chique é ser inteligente”.

Em suma, o posicionamento da revista no mercado e o propósito da seção *Bem Viver* instigaram a escolha desse objeto de estudo para analisar questões

sociais contemporâneas, especificamente o bem-estar, conceito associado, nem sempre explicitamente, à disciplinarização e autocontrole do corpo feminino.

### **Justificativa**

Em geral, as leitoras das revistas femininas buscam em seus conteúdos, além de entretenimento, informações que possam agregar ao seu cotidiano aprendizado e melhoria de vida. Essa busca, em alguns casos, ocorre considerando o discurso jornalístico como o discurso da verdade, pois as matérias não têm intuito comercial ou ideológico aparente.

A partir da noção de gêneros do discurso podemos entender que as matérias da revista *Marie Claire* são pautadas pelo gênero discursivo “jornalístico”, porque tem uma estrutura de composição relativamente estável, com enunciados, imagens, diagramação que sugerem imparcialidade, mas que são ideológicos e a serviço de certos interesses comerciais e políticos. Além dessas características, é necessário reforçar que nem sempre os textos jornalísticos são baseados em dados concretos ou em pesquisas, mas em generalidades ou opiniões pessoais do autor das matérias.

Por esses motivos, ao folhearmos uma revista feminina, não distinguimos onde começa e termina a informação, uma vez que é difícil separar um dado que tenha comprovação científica ou que seja fundamentado por fatos, de representações e modelos a serem seguidos, até mesmo com segundas intenções comerciais, representadas subliminarmente em matérias, associadas direta ou indiretamente a anúncios.

É possível entender melhor essa confusão entre informação, conceitos, modelos e até produtos ao reconhecer que, por volta dos anos 70, ocorreu um fato determinante dentro do jornalismo. Segundo Marcondes Filho (1988, p. 182), a indústria da consciência<sup>1</sup> foi determinante para o poder de persuasão dentro dos noticiários e teve como objetivo fazer passar, inconscientemente, uma propaganda

---

<sup>1</sup> Ocorre em duas fases: primeiro é a inflação de comunicados e de materiais de imprensa, que passam a ser fornecidas aos jornais e revistas por agentes empresariais e públicos (assessoria de imprensa) e que se misturam e se confundem com a informação jornalística (vinda da reportagem principal). Segundo, ocorre na substituição do agente humano jornalista pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelas redes, pelas formas interativas de criação, fornecimento e difusão de informação. (idem).

como se fosse de interesse público, cheia de verdades nos seus resultados. A notícia tanto informa como orienta e o faz a partir de toda sua carga ideológica. Essa função da notícia, para o público, é a mesma que a percepção<sup>2</sup> realizada pelo indivíduo. Foi nesta fase do surgimento da indústria da consciência que o jornalismo impresso se especializou.

Uma das representações mais correntes, ao menos a mídia impressa, sobre a atividade de divulgar conhecimentos novos, se sustenta na função de partilha do saber, função que reveste de reconhecida necessidade social diante da velocidade com que se acumulam os novos saberes, se conquistam as novas técnicas, se garantem novos procedimentos (ZAMBONI, 1997, p. 73).

Nesse sentido, é marcante a interação da mídia nas várias instâncias da vida em sociedade, quer propiciando lazer e transmitindo informações, quer divulgando opiniões sobre moda e beleza, quer persuadindo por meio de noticiários ou imagens o modelo ideal de estilo de vida, demonstrando o que é viver bem e o que é ter bem-estar.

Para fundamentar a importância e o impacto das notícias na vida dos leitores pode-se observar o que dizem Bird e Dardene (1993) sobre a percepção dos leitores:

Os leitores não só consomem notícias como um reflexo da realidade, mas como um texto simbólico. (...) as notícias, assim como mitos, não contam “as coisas como elas são”, mas contam as coisas “conforme seu significado” (BIRD e DARDENNE, 1993, p. 267).

Refletindo melhor sobre a citação acima, observa-se a importância da notícia para o leitor, pois o conteúdo pode ser mais que um conjunto de informações: pode vincular significados pelo discurso jornalístico, aos hábitos e sonhos dos leitores. Ou seja: por mais que o leitor tenha constituído sua capacidade de interpretação e crítica, as orientações veiculadas pelos veículos de comunicação podem transformar anseios e ideais das pessoas.

---

<sup>2</sup> Percepção é entendida como conhecimento sensorial, corporal e mental, de formas ou totalidades organizadas e dotadas de sentido, obtido na relação entre os sujeitos e o mundo exterior (CHAUI, 2006, ps.134-135).

No caso da mulher, a revista *Marie Claire* sugere, na seção *Bem Viver*, uma busca por um bem-estar arraigado de propósitos comerciais, na maior parte das vezes implícitos, nas orientações de cuidado com o corpo.

As notícias da revista, assim como o discurso jornalístico em geral, trazem consigo a marca do seu tempo, do presente, da atualidade da qual ela fala. Dado esse contexto, as matérias, especialmente as da seção *Bem Viver*, nosso objeto, muitas vezes transmitem neutralidade e familiaridade a partir de experiências compartilhadas sobre cuidados com o corpo. As diferentes abordagens ou dicas apenas aparentam ser aleatórias ou arbitrárias, mas estão a serviço de interesses específicos, seja de empresas de produtos de beleza, seja de um padrão de beleza androcêntrico etc..

Estimulado e comprometido com a verdade e a autoridade de quem fala, o discurso jornalístico da revista *Marie Claire* se constitui em um espaço de circulação e produção de sentidos que pretende esclarecer dúvidas sobre cirurgias plásticas, tecnologia cosmética, exercícios, dietas, sexo e assim por diante.

O discurso jornalístico, que muitas vezes incorporou o discurso científico (isso pode ser percebido pela constante veiculação de opiniões médicas inseridas em suas matérias, conforme veremos ainda nessa pesquisa), possibilitou a consagração da revista *Marie Claire* como um veículo de comunicação respeitado e seguido pelas mulheres consideradas pela revista como “bem-sucedidas e inteligentes”. O sucesso do periódico pode ser comprovado na publicação que, em 2012, comemorou seus 21 anos, e pela sua tiragem atual: uma média de 207.421 mil exemplares por mês.

Em comparação à tiragem das outras revistas de circulação mensal da Editora Globo, a *Marie Claire* está em primeiro lugar e o segundo lugar tem uma diferença significativa com apenas uma média de 76.816 exemplares por mês (revista *Época São Paulo*), dados segundo relatório do Instituto Verificador de Circulação.

Os assuntos da seção *Bem Viver* podem ser observados pela ótica das análises de Del Priore (2000):

No decorrer do século XX a mulher se despiu. O nu, na mídia, nas televisões, nas revistas e nas praias, incentivou ao corpo a desvelar-se em público, banalizando-se sexualmente. A solução foi cobri-lo de cremes, vitaminas, silicones e colágenos (DEL PRIORE, 2000, p. 6).

A partir do que diz a autora, podemos perceber que a exposição da nudez feminina originou uma inquietação ainda maior em relação ao seu corpo, porque as imperfeições (percebidas pelo ponto de vista do ideal de beleza eleito pelas mídias) não podiam mais ser disfarçadas pelo vestuário a partir do século XX. Por essa razão, justifica-se a procura das mulheres, preocupadas com a beleza e com a saúde, por produtos que prometem resultados significativos e valiosos em um curto espaço de tempo.

Manifestando entender essa inquietação feminina, a revista *Marie Claire* assume publicamente que não pratica autoajuda. No entanto, quando fornece dicas sobre o tema *bem viver*, apoiada em informações aparentemente verdadeiras do ponto de vista científico, reforça um modelo de beleza e saúde hegemônico, segundo interesses de alguns grupos sociais. A justificativa da revista para apresentar dicas baseadas no ideal de beleza que estamos discutindo nesse momento pode ser identificada em seu *site*, pela percepção que a *Marie Claire* demonstra sobre suas leitoras como mulheres “maduras”, “inteligentes” e “independentes” que necessitam de algumas horas de entretenimento de forma também “inteligente”, que lhes traga atualidades e dicas para viver melhor.

Relacionando a expectativa das leitoras e o discurso representado na revista vê-se que o viver bem, ou melhor, *bem viver*, está associado à aparência, que prevê não só o desejo de mostrar um modelo desejável (parecer), mas o manifesto de emoções e sentimentos, de tal forma que a aparência dos corpos remete a um jogo de sentidos com finalidades de conquistar a melhor maneira de se *viver bem*.

Giddens (2002) identifica tais ações como a escolha necessária do estilo de vida:

[...] nas condições da alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque forma material a uma narrativa particular da autoidentidade (GIDDENS, 2002, p. 79).

Na sociedade contemporânea, conforme enfatiza Giddens, está acontecendo um consumo desenfreado de produtos, resultante de vários fatores observados no

dia a dia, como, por exemplo, satisfação momentânea, tentativa de diminuição do estresse, condicionamento físico, entre outras.

Associando o pensamento de Giddens à nossa pesquisa, podemos perceber que, para a construção da identidade da mulher e para sua integração na sociedade contemporânea brasileira, hoje, é preciso encaixar-se nos padrões estabelecidos pela mídia. A questão é que para alcançá-los é necessário buscar mecanismos de transformação como: academias para tonificar e moldar seu corpo, cremes e remédios da indústria da beleza para retardar o envelhecimento, tintas e cortes de cabelo para apresentá-lo conforme a imagem esperada da mulher.

O discurso da revista *Marie Claire* sugere que alcançar a imagem ideal da mulher somente é possível a partir do consumo desses produtos citados acima e de muitos outros oferecidos no mercado da beleza e do bem-estar. Mas o grande diferencial é que a revista, com a seção *Bem Viver*, não mais recomenda o consumo por meio das dicas de beleza; agora o foco mudou para o bem-estar da mulher que deve consumir produtos que lhe permita alcançar este estado. Mas perguntamos: afinal, o que a revista entende por bem-estar?

Refletindo ainda mais sobre as contribuições de Giddens (2002), podemos considerar que apesar de os indivíduos disporem de muitas alternativas de estilo de vida, nem sempre são acessíveis a todos, seja por falta de consciência, seja por falta de recursos econômicos.

Pensando sob a perspectiva da mulher, as práticas escolhidas em seu cotidiano refletem a escolha de seu estilo de vida que, segundo o autor, sofre pressão do grupo no qual está inserida. Se o estilo de vida é entendido por Giddens (2002), de uma forma geral, como um conjunto de práticas do cotidiano do indivíduo, as ações adotadas para alcançar o bem-estar (ao menos o bem-estar inserido no discurso da *Marie Claire*) fazem parte da escolha do estilo de vida. É pertinente entender como os discursos da revista podem sugerir estilos de vida para o gênero feminino a partir da noção que veicula de bem-estar.

Giddens (2002) também discute a ideia de que a identidade individual é comprometida pela *postura, aparência e sensualidade*. Ou seja: a maneira pela qual o corpo do indivíduo se apresenta em grupo (sua imagem, seu comportamento e

suas relações com o prazer e a dor), demonstra sua autoidentidade ou, pelo menos, a forma como a sociedade irá percebê-lo e identificá-lo.

Considerando a liberdade aparente que a mulher tem para formar a sua própria identidade, a transformação do corpo feminino pode ocorrer a qualquer momento, dentro da noção de que para que isso aconteça, basta adotar medidas individuais, tais como regimes para que esse corpo emagreça e se torne aparentemente mais útil, bronzeamento artificial para alcançar um tom de pele saudável, cosméticos para melhorar o aspecto da pele, entre outros.

Nos ambientes pós-tradicionais da alta modernidade, nem a aparência nem a postura podem ser consideradas definitivas; o corpo participa de maneira muito direta do princípio de que o eu deve ser construído. Regimes corporais, que também se referem diretamente aos padrões de sensualidade, são o meio principal pelo qual a reflexividade institucional da vida social moderna se centra no cultivo – quase se poderia dizer na criação – do corpo (GIDDENS, 2002, p. 96).

É nesse sentido que podemos dialogar com Foucault (2011), quando tentamos entender como são dados os modelos ideais de gênero feminino, a partir de orientações, aparentemente sutis, sobre o bem-estar feminino. Essas sugestões podem ser dispositivos de um poder que se articula, se modifica, mas que continua controlando a sociedade e especificamente a mulher.

Foucault (2011) elucida formas de controle social por meio das operações do corpo, iniciando pelo entendimento de suplício que utilizava o corpo do condenado de forma violenta para demonstração do poder soberano do rei. Discute sobre a mudança de punições e o abandono do suplício em detrimento da disciplina, a partir da percepção de utilidade do corpo, pois um corpo flagelado era desperdiçado, enquanto que um corpo disciplinado poderia ser utilizado para sustentar diversas lógicas de poder. E por fim, nessa obra especificamente, Foucault demonstra como o autocontrole a partir da discussão sobre o panóptico se tornou um instrumento efetivo na sociedade que trazia resultados em grande escala de forma econômica, produtiva e ao mesmo tempo sutil.

A intenção dessa pesquisa é analisar e atualizar esses mecanismos, associando-os com a própria concepção de gênero feminino, verificando como a mulher pode ser controlada na sociedade contemporânea brasileira por meio de um

discurso midiático, formulado por uma lógica de poder. De uma forma geral, pretendemos discutir sobre o controle social da mulher e observar se a atualização dos dispositivos de controle da mulher se assemelha ao suplício, disciplina e autocontrole (panóptico) discutido por Foucault.

## Método

Como método, elegemos a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, construção teórico-metodológica que apresenta o discurso como produtor de sentidos, a partir do qual o sujeito significa a si mesmo e ao outro.

[...] empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente (GREGOLIN, 1995, p. 13).

Analisaremos 41 revistas do período de 2008 a 2011 (vigência da seção *Bem Viver*). A escolha desses exemplares se dá pela preocupação de entender, nesse recorte, como o discurso da revista representou o *bem viver* para suas leitoras.

Na seção, observamos os textos verbais e não verbais dos anúncios e das matérias, levando em consideração a construção dos sentidos. Analisamos a ocorrência de indícios de atualização de dispositivos de controle social, considerando o suplício, disciplina e autocontrole associados ao bem-estar, como, por exemplo, a utilização recorrente do discurso científico apresentado pelas inserções de opiniões de especialistas das mais diversas áreas da saúde.

Outro exemplo, entre vários, é o título de uma matéria da seção (que será analisado no Capítulo 2) ser apenas um verbo: “Regenere-se!”. Trata-se de uma ordem, reforçada pelo ponto de exclamação, coagindo a mulher a disciplinar seu corpo. Buscamos a existência da proposição de um corpo idealizado associado ao estar bem e se, a partir daí, havia a indução ao autocontrole que levasse aos propósitos da lógica do consumo, que pode ser considerada uma lógica de poder.

Devido à extensão do material a ser analisado, que forma o *corpus* primário da pesquisa, ele foi dividido em dois grupos: o primeiro refere-se às matérias da revista, mais precisamente da seção *Bem Viver*, durante o período; o segundo

corresponde aos anúncios em que aparecem o corpo feminino publicadas na seção *Bem Viver* das 41 edições estudadas.

A base teórica de todos os capítulos da pesquisa será a obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault.

No primeiro capítulo, apresentamos a utilização do corpo como objeto e alvo da dor como forma de demonstração de poder, com o intuito de discutir como o suplício e o sofrimento físico e psicológico da mulher atenderam às lógicas de controle social feminino. Demonstramos que o suplício discutido por Foucault (2011) ainda se manifesta na contemporaneidade.

No segundo capítulo, refletimos sobre a disciplina coercitiva e a mudança de percepção do corpo: da noção de palco sangrento de dor ao instrumento utilizável e servil. As discussões se basearam na ideia de corpo produtivo e dócil de Foucault (2011) e as instituições disciplinadoras do universo feminino.

No terceiro capítulo abordamos as definições de bem-estar, como esse discurso se popularizou no Brasil, qual o papel do corpo na busca desse estado e como esse termo é abordado na mídia. Para pautar nossa reflexão, utilizaremos o sentido de autocontrole de Foucault (2011) e suas possíveis atualizações na contemporaneidade.

Para tal serão tratados:

- Quais os assuntos da seção e como ela os aborda;
- O que difere essa revista das outras;
- Como é a linguagem editorial e seu relacionamento com as leitoras;
- Que imagem ela propõe ao seu público;
- Que mecanismos emprega para apresentar-se como conselheira ou como guia de vida.

Ao final, estabelecemos considerações gerais sobre o poder normalizador do jornalismo e os sentidos que estabelecem no discurso da revista sobre o *bem viver* para as mulheres.

## Referenciais teóricos

O desenvolvimento deste trabalho apoia-se nas referências que retratam o controle social por meio das operações do corpo. Para tal foi utilizada como referência principal Michel Foucault, particularmente, sua obra *Vigiar e Punir*.

Para refletir sobre as relações de poder entre corpo, consumo e mídia utilizaremos o referencial teórico de diversos autores que já abordaram esse assunto. Mary Del Priore, por exemplo, em seu livro *Corpo a Corpo com a Mulher*, serve de apoio por identificar a história das transformações do corpo feminino da mulher no Brasil. A obra *Corpo e Comunicação*, de Lucia Santaella, apresenta suporte à compreensão do corpo nas mídias.

Para analisar como os anúncios publicados na revista *Marie Claire* articulam questões de beleza, contamos com a obra de Gilles Lipovetsky, *A Terceira Mulher* e de Nízia Vilhaça, *A Edição do Corpo: Tecnociências, Arte e Corpo*. Nesse livro, a autora faz uma abordagem a respeito das questões da ética contemporânea na publicidade dirigida à mulher, buscando desmitificar o *bem viver*, em que se vêm constituindo inúmeros aspectos de uma realidade constantemente mascarada pela imprensa e suas consequências para a mulher e a sociedade.

Seguindo a mesma linha teórica, buscamos apoio nos artigos e obras de Denise Sant'Ana, como *Corpo e identidade na propaganda e Políticas do Corpo*. No artigo, a autora adverte que os recursos de linguagem e imagem utilizados buscam refletir sobre como a propaganda intervém nas noções de gênero e sexualidade percebidas como tradicionais e usuais nos dia de hoje.

Para realizar a análise das estratégias discursivas utilizadas pela revista *Marie Claire* apoiamo-nos em Eni Orlandi – *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*.

## 1. CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO DA UTILIZAÇÃO DO SUPLÍCIO DO CORPO COMO CONTROLE SOCIAL

Esse capítulo faz uma análise sobre a utilização do suplício do corpo como instrumento de poder social e político baseada nas ideias desenvolvidas por Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*. Também contextualiza o suplício do corpo feminino e atualiza os dispositivos de poder que permanecem na contemporaneidade utilizando a dor do corpo da mulher como um instrumento de controle social.

A obra de Foucault, não só trouxe luz às formas de condenação e punição de homens considerados fora da lei e as mudanças nos sistemas penais, como também possibilitou o entendimento do corpo na sociedade em diferentes épocas e realidades e sua relação com os discursos de poder.

### 1.1. O suplício como punição dos condenados

A utilização do corpo como instrumento de controle social pode ser observada historicamente, até mesmo por fatos de conhecimento universal, dos quais podemos destacar a crucificação de Jesus Cristo, que, segundo a *Bíblia*, foi justificada por seus executores como um ato de demonstração de poder para que a população percebesse a necessidade de se respeitar a um único rei, a fim de manter a ordem e o controle social.

Jesus estava em pé ante o governador; e este o interrogou, dizendo: És tu o rei dos judeus? Respondeu-lhes Jesus: Tu o dizes. E sendo acusado pelos principais sacerdotes e pelos anciãos, nada respondeu. Então, lhe perguntou Pilatos: Não ouves quantas acusações te fazem? Jesus não respondeu nem uma palavra, vindo com isto admirar-se grandemente o governador. Ora, por ocasião da festa, costumava o governador soltar ao povo um dos presos, conforme ele quisessem. Naquela ocasião, tinham eles um preso muito conhecido, chamado Barrabás.

Estando, pois o povo reunido, perguntou-lhes Pilatos: A quem quereis que eu vos solte, a Barrabás ou a Jesus chamado Cristo? Porque sabia que por inveja, o tinham entregado. E estando ele no tribunal, sua mulher mandou dizer-lhe: Não te envolvas com esse justo, porque hoje, em sonho, muito sofrí por seu respeito.

Mas os principais sacerdotes e os anciãos persuadiram o povo a que pedisse a Barbarás e fizesse morrer Jesus.

[...] Então, Pilatos lhes soltou Barrabás; e após haver açoitado a Jesus, entregou-o para ser crucificado (MATEUS, 27.32-38).

Esse suplício está presente no imaginário<sup>3</sup> ocidental judaico-cristão, como pode ser observado pelo sucesso de bilheteria do filme Paixão de Cristo<sup>4</sup>, do diretor Mel Gibson, lançado em 2004, que alcançou a marca de mais de US\$ 600 milhões (aproximadamente R\$ 1,7 bilhão) em ingressos em salas do mundo inteiro. Sem contar as pessoas que assistiram pela Internet, vídeo-locadoras e televisão. O filme retrata a crucificação de Jesus Cristo em detalhes e todo o sofrimento de seu corpo com minúcias de cada chicotada que dilacerava a pele, a ponto de expor partes dos músculos e dos ossos e cada gota de sangue derramada.

A riqueza de detalhes do suplício no filme exige muito distanciamento, para que o telespectador não se sinta nauseado, mas o que mais nos interessa é perceber que enquanto existe uma representação midiática e contemporânea do sofrimento de um homem que experimentou uma tortura terrível e flagelação do corpo, reproduz-se, ao longo dos milênios até o tempo presente, o discurso de seus opressores, segundo o qual esse ato não só garante uma forma de controle dos seus súditos, como também lealdade a um só rei ou a um só Deus.

É importante destacar que não é interesse dessa pesquisa utilizar um recorte temporal de mais de 2000 anos, mas discutir algumas teorias que explicam a utilização do corpo como instrumento de controle social nos séculos XVIII, XIX, XX e XXI, ressaltando especificamente a contemporaneidade, tomando apenas como ponto de partida o suplício de umas das personalidades mais conhecidas na cultura judaico-cristã: Jesus Cristo.

Segundo Foucault, [1975]<sup>5</sup> (2011), há constatações de que no século XVIII, na Europa, o corpo era supliciado para demonstrar à sociedade, em locais públicos, a

<sup>3</sup> O “imaginário” pode ser entendido como o conjunto de “significações imaginárias” que formam um todo coerente e são criadas e partilhadas para dar sentido à existência de um grupo. CASTORIADIS; CUNHA, In: BARROS (2011)

<sup>4</sup> **Informações Técnicas (Segundo INTERFILMES 2004):**

Título no Brasil: A Paixão de Cristo

Título Original: The Passion of the Christ

País de Origem: EUA

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 127 minutos

Ano de Lançamento: 2004

Site Oficial:

Estúdio/Distrib.: Fox Filmes

Direção: Mel Gibson

<sup>5</sup> A obra Vigiar e Punir foi publicada a primeira vez em 1975, mas neste trabalho estamos utilizando a 39º, de 2011.

punição dos cidadãos que desobedeciam à moral, às normas e às leis. Essa prática era realizada de formas diferentes, de acordo com os tipos de crimes: quanto mais hediondo o crime, mais o corpo sofreria, por um tempo maior.

O suplício era uma espécie de espetáculo público, com diversos intuios implícitos e explícitos dos quais podemos destacar a demonstração de poder do soberano que refletia no corpo do condenado a sua força e a sua capacidade.

Mas, o que é suplício? Segundo Foucault, é:

Inexplicável, talvez, mas certamente não irregular nem selvagem. O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei. Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos: desde a decapitação – que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e num só instante: o grau zero do suplício – até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, por meio do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo: a morte- suplício é a arte de reter a vida no sofrimento subdividindo-a em “mil mortes” e obtendo antes de cessar a existência, *the exquisite agonies*. O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. Mas não é só: esta produção é regulada. O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos, com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas (FOUCAULT, 2011, p. 36).

Apesar de toda crueldade explícita no suplício, temos que nos ater ao fato de ele ser uma ferramenta social carregada de ideais sociais e políticos, que utilizava a dor do corpo e dessa forma o transformava em um objeto. Ou seja: o corpo se torna tão somente um instrumento que protagoniza uma cena arraigada de terror, mas as sensações e sentimentos que esse corpo humano pode sofrer são minimizados pelo discurso da justiça<sup>6</sup>.

Mesmo com todo cunho moral e político do suplício, o ato de executar um homem em local público, prolongando seu sofrimento, igualava ou até mesmo superava a violência cometida pelo condenado, a ponto de a justiça e o algoz começarem a ser percebidos negativamente pela sociedade, que começava a se questionar sobre o que seria pior: o crime cometido ou sua punição?

---

<sup>6</sup> Dentro dessa pesquisa, entender o corpo como objeto chama a atenção e nos instiga a associar aos discursos contemporâneos da mídia na instância do bem-estar.

Toda demonstração de poder por meio dessa ferramenta, gradativamente, foi perdendo força e passou-se a buscar, desde então, novas formas de punição sem aproximar-se dos corpos dos condenados ou, ao menos, com menor violência física.

Consequentemente, o espetáculo público da punição foi abolido na Inglaterra, na Áustria, na Suíça, em algumas províncias americanas e na França em meados do final do século XVIII e início do século XIX. No resto do mundo, em função das legislações de cada Estado, a prática foi extinta mais tarde.

Esse espetáculo público foi substituído por ferramentas que tinham como objetivo humanizar a pena. Os condenados passaram a sofrer condenação à morte, que levaria a uma execução rápida e reservada, portanto, o homem não deveria cometer um crime para evitar uma punição e não mais porque passaria pelo terror de uma morte prolongada.

De um modo geral, as práticas punitivas se tornaram pudicas. Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. Dir-se-á: a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a servidão de forçados, a interdição de domicílio, a deportação – que parte tão importante tiveram nos sistemas penais modernos – são penas “físicas”: com exceção da multa, se referem diretamente ao corpo. Mas a relação castigo-corpo não é idêntica ao que ela era nos suplícios. O corpo se encontra aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito, um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos (FOUCAULT, 2011, p. 16).

O castigo demonstrava para a sociedade que havia, sim, uma consequência pelo crime cometido, mas a sentença não privilegiava mais a dor física e a espetacularização do sofrimento. Passou-se a praticar a morte sem dor, rápida e por meio de medicamentos com efeitos anestésicos, pois o papel da justiça era vigiar e punir o mal e não utilizar-se dele para punir o criminoso.

Iniciou-se, então, uma movimentação na Europa tendo em vista a padronização de crimes *versus* pena, respeitando as legislações de cada país, para que ficasse retido no imaginário da sociedade o crime cometido e não sua punição. O foco dessas novas formas de execução do condenado seria a vida e a alma, não

exatamente o corpo do indivíduo e o que o autor chama de “mil mortes”<sup>7</sup> seriam extintas.

A primeira forma adotada na Inglaterra, para executar o condenado à morte sem dor, foi o enforcamento por meio de uma máquina que acelerava o processo. Em seguida, na França, adotou-se a guilhotina que decapitava com rapidez e precisão, em um único golpe.

O poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX. Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no seu suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém, castigos como trabalhos forçados ou prisão - privação pura e simples da liberdade – nunca funcionam sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra (FOUCAULT, 2011, p. 20).

Além da condenação à morte rápida, o enclausuramento também foi adotado e era considerado uma punição que não privava o homem apenas da liberdade, conforme a citação acima, mas também de outros aspectos ligados à sobrevivência física e ao bem-estar. Desta forma, continuamos a observar o sofrimento do corpo, com um diferencial, já que antes a dor pública do suplício obedecia à lógica de demonstração de poder para a sociedade. Agora, esse sofrimento reservado trazia consigo o discurso da propriedade do corpo e da alma, pois aquele que punia dominava seu intelecto, sua mente e sua vontade, e a sociedade raramente conhecia as minúcias da consequência da condenação.

O ideal de humanização da pena parecia mais uma preocupação real com os fatores imprevisíveis e econômicos da espetacularização da morte do condenado, pois nem sempre a sociedade demonstrava-se a favor do soberano, ao contrário, havia, eventualmente, até manifestações a favor do condenado, sem contar o fator econômico da pena, pois não era prático e era muito oneroso.

Mas mesmo que o interesse real não fosse a humanização, esse foi o discurso que justificou a mudança em todo sistema penal dos séculos XVIII e XIX, tanto em relação à punição como ao estudo mais multidisciplinar que levava a uma sentença. Desde então, era preciso entender não somente o crime e puni-lo, a

---

<sup>7</sup> Foucault (2011, p. 17) entende por mil mortes “os longos processos em que a morte é ao mesmo tempo retardada por interrupções calculadas e multiplicada por uma série de ataques sucessivos”.

busca era sobre a compreensão da alma do condenado, ou seja, entender quais eram os motivos que o levava a tal ação: instinto, hereditariedade, paixão, anomalia?

Assim, era possível entender o grau de periculosidade, se o passado contribuiu para a decisão do crime e se ainda era possível investir na regeneração do condenado, uma vez que o crime em si não seria o suficiente para definir o seu destino. Nesse sentido adotaram-se, além de profissionais da justiça, psiquiatras para fazer laudos médicos que ajudariam a entender as motivações dos crimes, e se caso alguma enfermidade ou anomalia fosse determinante no poder de decisão do criminoso, o tratamento médico seria obrigatório. Ao invés da prisão, o condenado seria destinado ao hospício, uma vez que a loucura extinguia a criminalidade, mas exigia tratamento, portanto, não era mais possível punir e, sim, tratar.

À medida que outros elementos foram considerados para o veredito, além dos apresentados na cena do crime, o papel do juiz deixou de ser exclusivamente o de quem julga e também o de quem se utiliza de instâncias extrajurídicas (científicas) para chegar à verdade.

Verdade observada nessa pesquisa, a partir do discurso científico que busca a objetividade para diferenciar-se dos outros saberes.

Para se constituir, a ciência tem que romper com as evidências e códigos de leitura do real que elas constituem, inventando um novo código [...] constituindo um novo universo conceitual, um novo sistema de novos conceitos e de relações entre conceitos (SANTOS, 1989, p. 32).

Para um discurso ser científico é necessário adotar uma linguagem específica, oriunda de técnicas e sentidos que diferenciem o verdadeiro do falso, legitimada pela própria ciência. Em geral, a comunidade científica estabelece um discurso aparentemente imparcial e baseado em resultados concretos e verificáveis o que o transforma, até segunda ordem, em uma verdade inquestionável.

O domínio da linguagem técnica é parte importante do aprendizado do cientista... ninguém poderá ser químico, físico ou biólogo sem dominar o jargão de sua área... Mais do que para os discursos ordinários ou os das ciências humanas, vale certamente para o das ciências exatas a postulação de Pêcheux e Fuchs (1975) de que o significado das palavras e dos enunciados depende do discurso a que pertencem. Repetindo, é nesses discursos, e como consequência de um longo e trabalho histórico, que tais

palavras e tais enunciados têm uma leitura unívoca, e não em língua portuguesa, inglesa etc.. Do ponto de vista do treinamento do cientista, parece evidente que ele implica um processo de subjetivação que produz como efeito um assujeitamento às regras do discurso de um grupo institucional (POSSENTI, 1997, p. 20).

No processo de construção de jargões, termos e linguagens científicas o discurso científico se apresenta como portador da verdade que sobrepõe qualquer outro saber e se apropria de poderes que se articulam na sociedade em diferentes instâncias, influenciando comportamentos, sentimentos e ideais.

Foucault (2004) diz que o sentido de verdade se dá pelo resultado da coerção e efeitos estabelecidos pelo poder, porque quem se expressa o faz com o intuito de dominar a origem de seu discurso, quando na verdade o que o determina é a história e o contexto que se manifestam por meio de distintas formações discursivas. O discurso não é individual e egocêntrico para que ele seja transmitido e interpretado. Elementos como raça, crença, grau de instrução, gênero, idade, entre outros, são relevantes, e o sentido que se dá à verdade para o discurso científico irá variar de acordo os grupos sociais aos quais estão inseridos. *“Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”* (FOUCAULT, 2004, p. 12).

É a formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada. Isso significa que as palavras, expressões etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Na formação discursiva é que se constitui o domínio de saber que funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (o que pode e deve ser dito) e, ao mesmo tempo, como princípio de exclusão do não-formulável (ORLANDI, 1988, p. 108).

O sistema judiciário utilizou-se da verdade científica, desde então, para estabelecer a sentença do condenado. Assim, a sociedade poderia perceber uma análise complexa que era realizada em cada julgamento e todas as novas formas de punição poderiam ser justificadas cientificamente e dessa forma não poderiam ser questionadas.

A reflexão sobre a evolução do sistema penal e a inserção da multidisciplinaridade no campo jurídico devem ser compreendidos em termos sociais, pois é inevitável perguntar-se quais seriam as consequências da suavização

das penas, as vantagens de enclausurar o condenado e o que esse condenado faria durante o cumprimento da pena.

Essas respostas podem ser encontradas nas relações de sistemas punitivos e sistemas de produção, que passaram a se servir da mão de obra carcerária a favor da “economia servil”. Desde então utilizavam-se os corpos não mais como palcos de espetáculos sangrentos, mas como instrumentos de produção que colaboravam no desenvolvimento da economia como um todo.

A partir da ideia de que um corpo é mais útil se é proporcionalmente forte, em termos físicos e fracos para se assujeitar, é que estudos sobre as minúcias e potenciais do corpo surgiram e possibilitaram, posteriormente, técnicas de disciplina que serão discutidas no Capítulo 2.

Enquanto o Judiciário discutia a extinção do suplício e a utilização do corpo do condenado de forma produtiva, outros campos políticos e sociais percebiam o corpo de distintas formas e a necessidade de entendê-lo para melhor utilizá-lo.

Todos esses acontecimentos dialogam com uma lógica soberana de poder, pois a sociedade passava por mudanças advindas do progresso industrial, econômico e político. Isso quer dizer que, enquanto o campo judiciário, na Europa, ao final do século XVIII, estudava a extinção do suplício, simultaneamente, ocorria um conjunto de transformações técnicas e econômicas que trocava a força física pela força mecânica, culminando na primeira Revolução Industrial. Esse advento determinou mudanças sociais extremamente relevantes, tais como a criação de um exército industrial de reserva que nada mais era que um grande número de pessoas que poderiam ser utilizadas e desprezadas à vontade pelo capitalismo.

Além desses fatores, desenvolveram-se, na mesma época, teorias de observação do corpo humano. No século XIX, na Itália, o médico psiquiatra Cesare Lombroso deu origem à Teoria do Lombroso: inspirado em precursores da Antropologia Criminal e no estudo da evolução da espécie humana de Charles Darwin, classificava os criminosos por um método orgânico, concluindo que o delito era uma consequência de sua organização física e moral.

Para isso, Lombroso verificou formações cranianas, deformidades fisionômicas como tamanho de orelhas, mandíbula etc.. Sua intenção era associar a

ação criminosa a um estereótipo de ser humano, pois acreditava que a natureza humana e suas diferenças naturais permitiam descobrir as causas do crime e diferenciar homens honestos de criminosos.

A teoria do Lombroso criou uma tipologia de criminoso: “*nato (atávico), o louco moral (doente), o epilético, o louco, o ocasional e o passional*” (BITTENCOURT, 2000 p.32). O criminoso “nato” era aquele que tinha características naturais como o tamanho do crânio que o classificaria em uma subespécie de ser humano, porque não havia evoluído. O louco moral é como uma criança que ainda precisa conhecer e conceber os valores e sofre uma falta de senso moral. Por isso é egoísta e apresenta perigo para a sociedade. O criminoso epilético seria o impulsivo, desprovido de controle nervoso e emocional. O louco ocasional eventualmente comete um crime, deve ser tratado e não punido; o criminoso passional é motivado por paixões.

É pertinente observar que essas tipologias dão margem a sentenças que podem ser interpretadas a partir de interesses específicos dos algozes e ainda assim serem legitimadas pela ciência.

De acordo com Pereira (2008) a Teoria da Degenerescência do médico francês Benedict-Augustin Morel, do século XIX, afirmava que certos grupos de indivíduos estavam retrocedendo em termos de evolução (de Darwin) e que hábitos prejudiciais ao homem e à sociedade eram hereditários, tais como alcoolismo, perversão e até delitos. Assim, era preciso compreender o ser humano, a partir de herança biológica e moral de gerações antecessoras.

Essas teorias de observação, entre outras, contribuíram para fundamentar a concepção de utilização do corpo como instrumento produtivo que poderia servir a diferentes interesses, desde que fossem controlados, concepção essa que, gradativamente, ganhou mais espaço no campo político:

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num

sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem de terror, e no entanto, continuar a ser ordem física. Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo (FOUCAULT, 2011, p. 28).

A discussão sobre o corpo submisso às relações de poder, que por sua vez usurpam a capacidade produtiva e reduzem sua possibilidade de reação dialogam com a própria condição da humanidade em termos econômicos e políticos.

É quase como se houvesse um bem maior que justificasse a manipulação social possível a partir da utilização do corpo, porque isso explica a necessidade de obter uma parcela da população produtiva e proporcionalmente servil e outra parcela menor, dominando e decidindo sobre o futuro de cada indivíduo.

Não é por acaso que a submissão da mulher não só foi concebida na sociedade como se enraizou até meados do século XX, pois essa era uma forma de obter resultados econômicos, sociais e políticos com praticidade.

A representação da mulher e a transversalidade entre relações de poder e relações de gênero serão retomadas no próximo subcapítulo.

## **1.2. A dor física imposta ao corpo feminino como dispositivo de controle social**

A compreensão da sociedade, independente do direcionamento que se dá para o olhar, inevitavelmente perpassa pelas relações de gênero. Para (SCOTT 1989 pg. 21), “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. A autora apresenta, ainda, quatro aspectos para a definição de gênero: o primeiro refere-se às representações dadas por símbolos culturais que determinam imagens e comportamentos dos diferentes tipos de gênero; a segunda são os “conceitos normativos” que expressam os significados dos símbolos culturais,

a partir de doutrinas que dão sentido único e categórico sobre o feminino e masculino.

Estes dois primeiros aspectos apresentados por Scott (1989) utilizam subsídios inquestionáveis para impor à sociedade o que é gênero feminino e masculino, porque se apropriam da simbologia sem a mínima pretensão de suportar reflexões ou adequações pertinentes a qualquer contexto histórico. Conforme o próprio exemplo da autora, Maria, mãe de Jesus, é um símbolo da cultura ocidental-cristã. Ela representa o gênero feminino: a interpretação de sua trajetória permite a construção de conceitos normativos que estabelecem doutrinas religiosas a fim de ditar o comportamento aceito para uma mulher, como, por exemplo, a imagem de mãe protetora, reservada, amorosa, fiel, entre outros.

O terceiro aspecto diz respeito à análise da representação binária (homem x mulher) de gênero, incluindo a noção política, considerando as instituições e organizações sociais. Esse aspecto amplia o olhar para o gênero, pois acreditar que o sentido que se dá para o homem e a mulher sempre foi único, isento de conflito e dissociado das relações de poder estabelecidos por instituições como escolas, religiões e mercado de trabalho é torná-lo restrito e utópico.

O quarto aspecto tratado por Scott (1989) é a “identidade subjetiva” que elucida sobre o fato de não existir uma determinação natural que faça distinção entre o comportamento do homem e o da mulher, apesar de a sociedade ditar regras para o gênero masculino e o feminino baseada nos conceitos biológicos.

Por muito tempo a sociedade identificou a mulher como o sexo frágil em função de suas características físicas e encontrou nessa explicação subsídio para inferiorizar o papel social da mulher. Já o homem foi apresentado socialmente, pela mesma lógica, como o ser forte, e por isso deveria assumir o papel de liderança social.

Nesse sentido, podemos observar que a diferenciação do feminino e do masculino a partir de características biológicas serviu para testemunhar a favor de comportamentos ditados pelos interesses políticos, econômicos e sociais.

A representação da mulher dentro da perspectiva biológica (que ressaltava sua fragilidade natural), se perpetuou na sociedade de maneira pouco questionável,

porque a própria Biologia é legitimada pelo discurso científico, que como tal, apresenta-se como verdade indissolúvel.

Perceber a mulher pelo viés da fragilidade permitiu sua submissão social e justificou, por muito tempo, a utilização da dor física como instrumento de punição a fim de manter o controle sobre a família, uma das raras instituições sociais nas quais ela era aceita.

É preciso destacar que esse subcapítulo trata da dor física imposta ao corpo feminino como forma de punição, demonstração de poder e, acima de tudo, controle social.

A dor, como um instrumento de demonstração de superioridade nas relações de poder entre os gêneros, é o que chamamos de “herança do suplício” de Foucault (2011). Para ele, o suplício, como já dissemos anteriormente, era o sofrimento prolongado do corpo até a sua morte, em praça pública, como forma de demonstração do poder.

O que nos interessa aqui é construir uma analogia possível entre o corpo supliciado de Foucault e a dominação violenta que a sociedade impôs durante muitos anos sobre o corpo feminino. Não se trata mais de provocar sua morte publicamente, mas de usar a dor como forma de controle.

A dor pode ser definida como uma experiência subjetiva que pode estar associada a dano real ou potencial nos tecidos, podendo ser descrita tanto em termos desses danos quanto por ambas as características. Independente da aceitação dessa definição, **a dor é considerada como uma experiência genuinamente subjetiva e pessoal**. A percepção de dor é caracterizada como uma experiência multidimensional, diversificando-se na qualidade e na intensidade sensorial, sendo afetada por variáveis afetivo-motivacionais.(SOUZA, 2002, p.2 – grifo da autora)

A imposição da dor no corpo feminino, como dispositivo de poder, foi legitimado ao longo da história (SANTIAGO, 2008): no ano 2000 a.C, na Mesopotâmia, o casamento caracterizava a compra de uma mulher e, caso ela desagradasse o marido, poderia ser punida por ele até a morte. As punições variavam de acordo com a condição social da família da esposa e eram aceitas por lei. Nesse período, o casamento atribuía ao marido direito de propriedade sobre o corpo da mulher e o suplício era eminentemente em muitos casos.

Na Idade Média, durante a Inquisição, mulheres consideradas bruxas eram queimadas em praça pública. A cada dez bruxas, apenas um bruxo era atirado à fogueira.

Já na China, para demonstrar sensualidade, beleza e submissão ao homem, do século X até aproximadamente 1949, as meninas tinham seus pés cortados para que pudessem ser dobrados para dentro. Em seguida eram enfaixados, forçando a quebra dos ossos e atrofiamento dos músculos, para que não ultrapassassem sete ou dez centímetros durante toda sua vida. As famílias submetiam suas filhas a essa tortura para conseguir negociar bons casamentos, porque mulheres com pés pequenos eram cobiçadas pelos senhores da alta sociedade.

### **1.3. A dor física imposta ao corpo feminino como dispositivo de controle social: Brasil**

Conforme Angeli (2003) no século XIX, no Brasil, mulheres eram assassinadas por seus maridos quando julgavam-se traídos, amparados pela lei, que os classificava como vítimas, podiam honrar seus nomes com o sangue da esposa.

O domínio do homem sobre o corpo da mulher é herança dos costumes e lógicas sociais estabelecidas no Brasil desde o Império até meados da década de 60 do século XX.

Nesse período, o casamento era um importante instrumento de negociação e por isso as famílias escolhiam os noivos a partir de interesses econômicos e as mulheres eram submetidas às vontades de seus pais sem qualquer direito à escolha.

Até o casamento, a mulher era propriedade dos pais e após o seu casamento, do marido. A eles competiam a definição de seus hábitos, sentimentos e comportamentos no âmbito privado e social.

O corpo da mulher era utilizado a favor da sociedade androcêntrica em diversos aspectos: mulheres formosas, mas de baixa condição social eram abusadas por senhores da alta sociedade, muitas vezes, com consentimento de

seus pais. Mulheres da alta sociedade consideradas belas eram usadas como moeda de troca para boas negociações em contratos matrimoniais.

Dessa forma, a submissão do corpo feminino que acarretava, em alguns casos, violência sexual e moral era aceita pela sociedade em função da ausência de voz da mulher e pela predominância de poder político, econômico e social dos homens.

Uma mãe que observava o abuso sexual de sua filha, cometido pelo próprio pai, não tinha como e para quem reclamar, porque o corpo da menina pertencia à família (dominada pelo pai), quanto pela sua baixa posição na sociedade, que não lhe oferecia direito de reivindicação.

Até meados do século XX, a sociedade brasileira reservou à mulher apenas o espaço privado que, embora fiscalizado pelas instituições sociais (como a Igreja) era onde ocorriam os mais diversos delitos cometidos contra ela: gravidez indesejada, abuso sexual, violência doméstica e incesto.

Segundo Angeli (2003), entre 1890 e 1930, a restrição da mulher ao âmbito privado foi defendida pelo discurso médico que afirmava que mulheres que exerciam funções intelectuais poderiam gerar filhos doentes e malformados, porque acreditava-se que havia uma ligação direta entre o útero e o sistema nervoso.

Ainda segundo a autora, o controle de natalidade da família, bem como seu bem-estar, eram responsabilidades da mulher, mesmo que não coubesse a ela a decisão do tamanho da família, nem mesmo de seus hábitos. Em função dessas responsabilidades muitas mulheres foram forçadas a cometer abortos, infanticídios e em alguns casos eram assassinadas publicamente no início do século XX, no Brasil. As explicações dadas à sociedade, sobre tais brutalidades, eram pautadas por motivações econômicas ou moralistas.

Mais uma vez podemos observar a utilização da imposição da dor ao corpo feminino para atender às relações de poder.

Assim como Foucault (2011) percebe o suplício dos condenados a partir de uma ótica social que institui e legitima lógicas de poder, podemos direcionar esse

olhar para o corpo feminino, supliciado e/ou flagelado, também como instrumento de controle social que determina as relações de poder no âmbito público e privado.

A dor impõe inferiorização a mulher e submete seus corpos para atender a um contexto social, político e econômico que precisava garantir a supremacia masculina, a manutenção de famílias bem-estruturadas com filhos fortes e saudáveis.

O corpo da mulher antes de ser disciplinado, e posteriormente, autocontrolado, foi flagelado pela sociedade ao longo da história até a contemporaneidade, como veremos a seguir.

#### **1.4. O corpo flagelado na contemporaneidade**

Se avançarmos para a contemporaneidade podemos observar a flagelação do corpo feminino como instrumento que atende a diversas lógicas do poder como, por exemplo, as mutilações dos genitais femininos em algumas nações africanas, como Yêmen, Tanzânia, Sudão, Senegal, Gana, entre outras<sup>8</sup>.

Segundo Constantini (2004) aproximadamente seis mil meninas sofrem amputação parcial ou total de seus órgãos genitais sem qualquer assepsia nem anestesia. Essa prática é uma tradição cultural africana, que se justifica, em algumas etnias, como um ritual de passagem das meninas à idade adulta e, para outras comunidades, como garantia da virgindade da mulher, da sua fidelidade e da sua fertilidade. Afirma-se que esse é um método muito eficaz de controle da sexualidade feminina por parte do pai e do marido.

Na Somália, acredita-se que essa prática é difundida para proteger a mulher do desejo sexual; na Etiópia, isso ocorre para que o clitóris não cresça e alcance o tamanho de um pênis. No Egito, os clitóris são considerados impuros.

Independentemente da justificativa atribuída para a brutal amputação total ou parcial dos órgãos genitais das meninas africanas, identifica-se a imposição da dor e a destruição do corpo feminino como instrumento de poder. A aceitação desse ato

---

<sup>8</sup> Segundo REBOUÇAS (2013) felizmente, segundo dados da ONU, nos últimos quatro anos, 10 mil comunidades, de 15 países africanos, abandonaram a prática da mutilação feminina.

ainda na contemporaneidade ressalta a submissão do corpo feminino diante de uma sociedade que faz da dor e da eliminação do prazer sexual um instrumento de controle social.

Manter o controle da virgindade da mulher ou amputar seu clítoris são atos que demonstram não apenas apropriação de seu corpo pelos homens, mas também de sua mente e alma, uma vez que os efeitos dessa violência física espalham-se por todos os aspectos da vida delas.

A modelo internacional, Somali Waris Dirie, circuncidada aos cinco anos de idade, escreveu o livro “Flor do deserto”, que posteriormente inspirou um filme com o mesmo nome. Ela retrata sua comovente história com o intuito de difundir a luta contra esse ato e em entrevista para o site Globo.com em 2010 declarou:

Desmaiei muitas vezes. É impossível descrever a dor que se sente [...] Não tem nada a ver com religião. Todas as meninas que são vítimas de FGM [mutilação genital feminina, na sigla em inglês] também são vítimas do casamento forçado. A maioria é vendida quando criança a homens mais velhos. Eles não pagariam por uma noiva que não é mutilada. É uma vergonha para nossas comunidades, para os países que permitem a prática. Os homens temem a sexualidade feminina, essa é a verdade" (SANCHES, 2010, p. 1)

Ainda segundo a (SANCHES 2010), a OMS declara sobre essa situação que “a mutilação é uma manifestação de desigualdade de gênero, [...] uma forma de controle social sobre a mulher” e que é geralmente apoiada tanto por homens quanto por mulheres. [...]”. Essa afirmação confirma os propósitos desse subcapítulo que tem o intuito de demonstrar como a dor imposta à mulher permanece na contemporaneidade permitindo seu o controle social.

É bastante perturbador confirmar que uma prática tão violenta contra as mulheres ainda permaneça em voga (apesar de certo declínio) em pleno século XXI e mantenha-se legitimada pelas comunidades que a utilizam.

Dentro do mesmo contexto de utilização do corpo como palco de sofrimento, acarretando um dispositivo de controle social encontramos outros exemplos contemporâneos, como as mulheres-girafas (nome popular dado às mulheres que usam argolas para aparentar o prolongamento do pescoço).

Mulheres na Tailândia, ainda em 2013, cultivam uma prática milenar de começar a inserir, a partir dos 5 anos de idade, argolas nos pescoços das meninas. O número de voltas que representam as argolas aumenta conforme o passar dos anos e pode chegar até 25. Esse processo é doloroso porque se trata de uma única peça de bronze que pode chegar a até 10 quilos e tem a função de comprimir a clavícula para baixo e afundar o tórax para transmitir a impressão de que o pescoço foi prolongado.

Há distintas versões que explicam porque essa prática se iniciou: uma era para que as mulheres precisavam proteger seu pescoço contra ataques de tigres; outra dizia que era para as mulheres se tornarem mais belas; também era uma forma de punição dos homens traídos, que não só causavam dor às mulheres, como ainda tornavam público seus delitos. Mas, independentemente do motivo que deu origem a essa prática, seria interessante observarmos a razão pela qual atualmente as mulheres das tribos Kayan ou Padauang mantém esse doloroso costume<sup>9</sup>. Trata-se, provavelmente, de uma tradição que também se transformou em atração turística, geradora de renda.

A vila no norte da Tailândia onde vivem, atualmente, as mulheres-girafas é considerada um campo de refugiados e como o país não segue o regulamento da ONU sobre os refugiados, o povo é proibido de sair das áreas delimitadas pelo governo local e não tem direito à educação e acesso ao trabalho.

Para as mulheres-girafas, a situação é ainda mais extenuante, porque além de manter a prática que submete seu corpo ao sofrimento para preservar o exotismo de sua imagem, elas são confinadas e exploradas nas ilhas, e se optarem por tirar as argolas do pescoço param de receber a contribuição do governo.

Outro exemplo contemporâneo da imposição da dor ao corpo feminino como instrumento de dominação e controle social da mulher é o que ocorre no Irã e, particularmente, ganhou um grande impacto global quando o caso de Sakineh Mohammadi-Ashtiani foi divulgado na mídia internacional.

---

<sup>9</sup> A utilização das notícias do site abaixo foi muito significativo para a compreensão sobre as Mulheres-girafa: <http://www.360meridianos.com/2012/08/o-que-descobrimos-sobre-as-mulheres-girafa-da-tailandia.html>

Em 2006, a iraniana foi condenada a 100 chibatadas por manter relação sexual com dois homens após a morte de seu marido, o que é considerado crime de adultério pelo artigo 83 do Código Penal do Irã. Após as chibatadas, a mulher foi condenada, ainda, à morte por apedrejamento (VEJA, 2010).

Após pressão internacional perante o caso, o regime responsável pelo governo do Irã respondeu às críticas, afirmando que a mulher estava sendo acusada, também, por assassinato do marido. Sakineh foi apenas mais um evento de vários de um regime permeado por leis que privilegiam homens e submetem mulheres, como podemos observar em Veja (2010):

Há mais de 2000 anos documentou-se para que não se esquecesse: uma mulher adúltera estava prestes a ser punida quando Jesus interferiu e constrangeu a multidão – “Quem não tem pecado que atire a primeira pedra”. Ao longo do tempo, a prática religiosa mencionada na Bíblia foi abandonada. Não no Irã. Na era dos direitos humanos, o regime fundamentalista dos Aiatolás ainda se diz autorizado por Maomé a matar a pedradas. Desde 1979, foram 109 pessoas que não conseguiram fugir da barbárie.

Não se pode fugir. Amarram-se as mãos e enterra-se até o pescoço. A moradores da cidade, vizinhos, conhecidos e especialmente, familiares da parte ofendida, é delegada a segunda função. As pedras não podem ser muito grandes, de modo que não matem em um ou dois golpes. O ideal é que sejam pequenas para uma morte lenta (VEJA, 2010).

O Irã permite o apedrejamento de homens e mulheres adúlteros, mas aos primeiros há muito mais liberdade, uma vez que a eles é permitido casar mais de uma vez, pedir divórcio, contrair casamentos temporários, enquanto para a mulher, mesmo após se tornar viúva, deve se resignar a uma vida celibatária.

Na Somália também é autorizada a morte por apedrejamento e fustigação pública para punir crimes de adultério, como o que ocorreu em 2008 com uma menina de 13 anos, conforme notícia divulgada pela BBC BRASIL.COM (2008). Aisha Ibrahim Duhulow morreu apedrejada por 50 homens em um estádio que contava com uma plateia de aproximadamente mil pessoas. Sua condenação, a de ser adúltera, deveu-se ao fato de ter sido estuprada por três homens.

Conforme *ranking* divulgado pela organização não governamental - ONG de Direitos Humanos Anistia Internacional, em 2007, 1.248 pessoas foram executadas como punição aos seus crimes, seja por apedrejamento, forca, cadeira elétrica, injeção letal, decapitação e câmara de gás.

A publicação apresenta uma lista que, para dar maior legibilidade, transformamos na Tabela 1.

Tabela 1 - Ranking de execuções, por país

<b>Ranking</b>	<b>País</b>	<b>Número de mortes</b>
<b>1º</b>	<b>China</b>	<b>470</b>
<b>2º</b>	<b>Irã</b>	<b>317</b>
<b>3º</b>	<b>Arábia Saudita</b>	<b>143</b>
<b>4º</b>	<b>Paquistão</b>	<b>135</b>
<b>5º</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>42</b>
<b>6º</b>	<b>Iraque</b>	<b>33</b>
<b>7º</b>	<b>Vietnã</b>	<b>25</b>
<b>8º</b>	<b>Iêmen</b>	<b>15</b>
<b>9º</b>	<b>Afeganistão</b>	<b>15</b>
<b>10º</b>	<b>Líbia</b>	<b>9</b>
<b>11º</b>	<b>Japão</b>	<b>9</b>
<b>12º</b>	<b>Síria</b>	<b>7</b>
<b>13º</b>	<b>Sudão</b>	<b>7</b>
<b>14º</b>	<b>Bangladesh</b>	<b>6</b>
<b>15º</b>	<b>Somália</b>	<b>5</b>
<b>16º</b>	<b>Guiné Equatorial</b>	<b>3</b>
<b>17º</b>	<b>Singapura</b>	<b>2</b>
<b>18º</b>	<b>Kuait</b>	<b>1</b>
<b>19º</b>	<b>Indonésia</b>	<b>1</b>
<b>20º</b>	<b>Botsuana</b>	<b>1</b>
<b>21º</b>	<b>Belarus</b>	<b>1</b>
<b>22º</b>	<b>Etiópia</b>	<b>1</b>

Fonte: Adaptado de Anistia Internacional (2007).

Em 2012, cinco anos após, em comparação com a Tabela 1, houve uma diminuição no número de execuções: 670, em 21 países. Porém, é preciso considerar que ainda existe a possibilidade de se descobrirem mais casos, uma vez que muitos países consideram esses números sigilosos e por isso não há uma divulgação oficial.

A estimativa da Anistia Internacional é que somando as execuções ocorridas na China (que não divulgou oficialmente seus números) ao total, no mundo, aproximadamente, mil pessoas foram executadas em 2012.

Se separarmos pelo relatório oficial da Anistia a quantidade de homens e mulheres que foram levados à morte, encontraremos uma discrepância gigantesca

em um intervalo de apenas 12 anos: em 2012, aproximadamente 14 mulheres foram oficialmente executadas, contra 5 mil, em 2000, segundo dados da ONU.

A Anistia Internacional relata que é praticamente impossível divulgar um relatório oficial de execuções sofridas por mulheres que supostamente cometaram crimes sexuais porque eles ocorrem em Estados omissos.

Não pretendemos julgar as formas de condenações dos Estados, mas, assim como Foucault (2011), demonstrar que a evolução penal segue uma lógica social, hegemônica, que ainda tem no castigo ou morte ao corpo o principal instrumento de controle social.

Ou seja: em alguns países, o Estado tem poder sobre o corpo e a alma do condenado, pois a ele compete não somente a decisão sobre sua liberdade, como também o direito à vida. Essa ameaça apresenta à sociedade a consequência de um crime, seguindo a mesma concepção de punição que discutimos no subcapítulo 1.1, a partir das reflexões de Foucault.

Os países que ainda usam publicamente as “mil mortes<sup>10</sup>” demonstram, claramente, que os dispositivos de controle se articulam, se modificam, mas permanecem enraizados e aceitos.

O eixo desse capítulo é a imposição da dor ao corpo como instrumento de controle social, mais especificamente o da mulher. Nesse sentido, a base de discussão de Foucault (2011) sobre o suplício e as articulações do poder, nos fez refletir como ocorreu, historicamente, o controle sobre a mulher.

Durante um período histórico, em função da submissão explícita da mulher, supliciar ou flagelar seu corpo para atender às necessidades de uma sociedade androcêntrica era um instrumento de controle, eficaz e socialmente aceitável. Sendo assim, não era necessário criarem-se outras técnicas persuasivas, pois as diversas instituições compartilhavam a mesma opinião e, consequentemente, legitimavam tais ações.

---

<sup>10</sup> Termo usado por Foucault (2011) para traduzir o suplício, pois ele o considerava uma morte que tinha como essência o prolongamento e intensidade de sofrimento, o que transforma uma morte em mil.

Na contemporaneidade, encontramos ainda casos de imposição da dor ao corpo feminino, especialmente em sociedades em que as mulheres ainda são tratadas como subordinadas e submissas ao poder masculino.

Novos dispositivos de controle social, como veremos a seguir, continuam controlando o comportamento feminino e fazendo do corpo da mulher um forte aliado do poder.

Não se trata mais de amputar o genital feminino ou de condená-la ao apedrejamento em praça pública, mas de disciplinar a mulher, objeto de discussão do Capítulo 2. No lugar de uma violência imposta de cima para baixo, criou-se uma lógica baseada na coerção, reproduzida por homens e mulheres. Podemos citar como exemplo, o uso indiscriminado dos espartilhos para reduzir as medidas corporais femininas e /ou torná-las mais insinuantes. Não se trata de um costume adotado por força de um decreto ou de uma lei, mas de uma prática disseminada e assumida por instituições as mais diversas, entre elas, as famílias.

Da disciplina, passa-se a outro dispositivo, o do autocontrole (objeto de discussão do Capítulo 3), porque não era mais necessário impor nada à mulher. Agora é ela quem passa a optar por submeter seu corpo a procedimentos que lhe permitam alcançar bem-estar.

## 2. DISCIPLINA – A PERCEPÇÃO DO CORPO COMO ALVO E INSTRUMENTO DE PODER

A partir de Foucault (2011), este capítulo busca a compreensão da utilização do corpo dentro do sistema punitivo do campo Judiciário, no intuito de entender quais eram as ferramentas e discursos de poder.

Refletimos sobre a passagem do sofrimento no espaço público do corpo ao enclausuramento do condenado, e podemos entender que as práticas penais evoluíram mais para atender às lógicas político-econômicas do que para acompanhar, exclusivamente, o campo Judiciário.

O corpo, percebido como instrumento de poder, tornou-se mais interessante quando entendido como objeto controlável e utilizável, sem imposição da força física, isto é, o corpo submisso traz mais retorno econômico do que um corpo flagelado.

Essa premissa deu início a diversos estudos de observação e adestramento do corpo para a criação de técnicas que possibilitassem aumentar sua força física proporcionalmente à redução de sua capacidade reflexiva.

O Capítulo 2 discute a concepção de disciplina do corpo e a atualização de dispositivos disciplinares na contemporaneidade.

### 2.1. Corpo: produtividade e docilidade

Adestrar é sinônimo de instruir, formar ou doutrinar e qualquer uma dessas palavras atendem aos propósitos do que diz Foucault (2011), em relação à utilização do corpo humano como objeto e alvo do poder.

Adestrar o corpo humano é mais do que controlá-lo, é torná-lo apto a atender a distintos interesses, sem a necessidade de utilizar a violência. Para isso, novas técnicas de controle social, por meio das operações do corpo, foram desenvolvidas, a partir da noção foucaultiana de corpo dócil. Segundo o autor, trata-se de uma ideia de corpo que pode ser totalmente controlado, de acordo com cada objetivo, em momentos específicos.

Assim, era possível obter na sociedade corpos economicamente ativos, controlando não só comportamentos, mas também seus movimentos. Isso ocorria por meio da disciplina, mas não aquela já existente como a da escravidão, que entendia o corpo como uma propriedade, agora se tratava de uma disciplina coercitiva em que o indivíduo tinha a impressão de escolha:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriinha, o desarticula, e o recompõe. Uma “anatomia-política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, “corpos dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2011, p. 133).

A disciplina baseada na coerção a qual o autor se refere, foi utilizada em várias instâncias da sociedade, como hospitais, escolas, prisões, quartéis entre outros, todos com as suas particularidades e riqueza de detalhes. Consequentemente, o adestramento do corpo humano foi se tornando cada vez mais eficaz dentro das propostas políticas e sociais.

Corpos úteis e dóceis ao mesmo tempo representam grande economia e retornos sempre positivos, como numa escola cujos alunos atendem a todos os requisitos da perfeição instituída, sem questionar ou criar conflitos; ao contrário, se percebendo como um instrumento a ser formado para atender aos propósitos que lhes são dados.

Que técnica foi essa, tão eficaz, eficiente e efetiva<sup>11</sup>, que além de atingir os objetivos, ainda se manteve em longo prazo? Não foi mágica, apenas um direcionamento correto de recursos da época, dos quais o cuidado com cada detalhe

---

<sup>11</sup> De acordo com Oliveira (2002, p. 38), “eficiência é fazer as coisas de maneira adequada, resolver problemas, reduzir os custos etc.; eficácia é fazer as coisas certas, obter resultados, aumentar o lucro, produzir alternativas criativas; efetividade é manter-se no ambiente e apresentar resultados positivos ao longo do tempo”. Em suma, eficiência é fazer de maneira certa (como fazer), eficácia é fazer a coisa certa e efetividade refere-se à manutenção dos resultados”.

era crucial. Entende-se por “detalhe”, a disciplina que cobria cada minúcia do corpo e da alma, pois era preciso vigiar, se possível, até os pensamentos para que não existisse princípio de vadiagem, rebeldia ou indignação. Para atingir esses objetivos, fazia-se necessário o estudo dos espaços disciplinares<sup>12</sup>.

Esses espaços eram construídos estrategicamente, para que não houvesse qualquer tipo de contato com outros corpos, mas que permitissem a vigilância constante, a comunicação útil de acordo com o interesse da instituição (seja escola, hospital, quartel) e a possibilidade de encontrar as potencialidades e fraquezas de cada indivíduo.

Além dos espaços disciplinares, os espaços chamados pelo autor de “espaços funcionais”, foram criados para possibilitar não apenas o enclausuramento, mas também a produtividade, ou seja, os próprios espaços precisavam se tornar úteis e, dessa forma, algumas indústrias criaram grandes construções que facilitavam a vigilância individualizada e ao mesmo tempo geral, e, principalmente, a produção com agilidade.

As escolas adaptaram suas classes em um espaço serial em que elas distribuíam os alunos em fileiras com lugares determinados, que possibilitassem não só a vigilância, mas também a classificação hierárquica pelo desempenho, valor ou até pela importância da família. De acordo com o desempenho, alguns até poderiam migrar de lugar.

De um modo geral, a criação dos espaços funcionais possibilitou a transformação de multidões em grupos hierarquizados, vigiados, controlados, treinados e acima de tudo dominados.

O tempo, também, foi um importante instrumento da disciplina, pois a partir dele era possível controlar os gestos, comportamentos e resultados. Em uma escola, por exemplo, “a distribuição de segundos em tarefas” Foucault, (2011) otimizava o comportamento dos alunos e garantia o resultado, porque não sobrava tempo para

---

<sup>12</sup> Para Foucault (2011) espaço disciplinar era considerado o local desenhado especificamente para atender aos interesses disciplinares, seguindo os objetivos de localização, enclausuramento e vigilância. Como, por exemplo, a clausura e a fila, utilizadas em escolas, quartéis e fábricas, que permitiam a distribuição dos indivíduos no espaço, e assim facilitavam a vigilância e o controle.

distrações. Ou seja, os detalhes, que citamos logo no início desse subcapítulo, seriam minuciosamente controlados.

“A distribuição de segundos em tarefas” era um instrumento de domínio complexo e interno do corpo, pois era preciso que o indivíduo incorporasse o tempo em cada movimento. Para isso era como se cada membro, cada órgão, cada articulação tivesse a obrigatoriedade de seguir no mesmo compasso.

É preciso destacar que a distribuição de tarefas em segundos específicos não dava a liberdade para cada indivíduo fazê-la de acordo com suas características pessoais; era preciso não só alcançar os resultados, como também seguir a padronização dos gestos, como, por exemplo, a marcha dos soldados que deveriam seguir uma cadência e direção de acordo com o estabelecimento do tempo adequado para cada movimento.

Essa padronização de gestos seguia o ideal de que um corpo disciplinado só traria benefícios econômicos e produtivos, pois nunca haveria um movimento aleatório, porque cada movimento sempre seguiria um objetivo comum ao resto do corpo.

Foucault (2011) esclarece que o indivíduo, além de ter controle total de todos os seus gestos, também deve incorporar os objetos que manipula de tal forma a construir uma engrenagem perfeita de movimentos que se completam (homem x objeto). Num olhar mais profundo, pode-se entender que a ideia era igualar corpo e objeto com o intuito de torná-los um só instrumento do poder.

O autor também considerou a “utilização exaustiva” que consiste no fracionamento e desdobramento do tempo versus movimento, pois o desperdício de qualquer um desses elementos poderia ser crucial para o desempenho do corpo. A palavra “exaustiva” traduz exatamente a quantificação de associação tempo versus movimento, porque era o exagero dessa mistura que permitiria a dominação total do corpo.

Os métodos disciplinares que utilizavam o tempo e movimento passaram a incorporar divisões e pré-requisitos das atividades, para que fosse possível não só alcançar os resultados, mas mensurar a capacidade de cada indivíduo em diferentes situações e perceber a sua evolução.

A colocação em “série” das atividades sucessivas permite todo um investimento da duração pelo poder: possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação) a cada momento do tempo; possibilidade de caracterizar, portanto, de utilizar os indivíduos de acordo com o nível que têm nas séries que percorrem; possibilidade de acumular o tempo e a atividade, de encontrá-los totalizados e utilizáveis num resultado último, que é capacidade final de um indivíduo. Recolhe-se a dispersão temporal para lucrar com isso e se conserva o domínio de uma duração que escapa. O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização (FOUCAULT, 2011, p. 154).

A seriação das atividades tornou-se mais um complemento na lógica de dominação do corpo, que seguiu o mesmo período do surgimento do “tempo social”, isto é, do tempo utilizado para as atividades econômicas e produtivas que também o fracionava em séries progressivas.

Essa nova incorporação do tempo facilitou a sujeição do corpo, porque, ao mesmo tempo em que se compreendiam as especificidades de cada indivíduo, também o permitia a classificação, a hierarquização e a identificação de fraquezas que deveriam ser submetidas a correções, ou até mesmo de forças ou potenciais que seriam ainda mais explorados. O corpo, dessa forma, se tornava sujeito não só aos métodos e à nova noção de tempo, como também ao julgamento que era feito de forma comparativa com outros indivíduos.

Entender o próprio corpo e utilizá-lo de maneira eficiente e eficaz para se alcançar objetivos não era uma escolha pessoal, mas uma imposição dos grupos ao qual se pertencia: escola, hospitais, quartéis, empresas ou prisões. A vigilância era tamanha que não se permitia a indignação. As próprias comunicações úteis, estabelecidas pelos detentores do poder e exercidas apenas pelos vigilantes, os espaços funcionais e o tempo social compunham um discurso de produtividade máxima, que não dava opções para outras realidades. A verdade era aquilo, pois então, todos deveriam seguir a essa verdade.

Pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes, uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo de repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas”. A tática, arte de construir com corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produtos das diferentes forças se encontra majorada por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar (FOUCAULT, 2011, p. 161).

O corpo disciplinado se tornou funcional em função do tempo versus movimento de forma calculada e exaustiva e também pela utilização adequada e combinada da força em conjunto com os demais indivíduos de um mesmo grupo.

O poder implícito nas disciplinas coercitivas aos poucos ia criando técnicas de aferição dos resultados que instigavam o homem a buscar os ideais impostos de forma cada vez mais associada ao cotidiano. Por isso, a imposição se tornava mais invisível, como por exemplo, o exame que documentava o desempenho do indivíduo e ao mesmo tempo lhe atribuía a responsabilidade pelos resultados. Ou seja: a busca pelo bom desempenho passava gradativamente para o próprio indivíduo.

Essa passagem foi crucial para a confirmação de que quanto mais disciplinados, adestrados, dóceis e dominados os corpos fossem, maiores seriam as vantagens econômicas e produtivas. Mas se esses benefícios estivessem associados à invisibilidade da vigilância, menos onerosos seriam os processos, porque significariam a conquista do autocontrole, como veremos no próximo subcapítulo.

## 2.2. A disciplinarização da mulher brasileira

Disciplinar a mulher significa analisar os dispositivos de controle social sobre o gênero feminino. A dor física como instrumento de dominação foi gradativamente sendo substituída por instituições e dispositivos disciplinares capazes de usar a coerção para alcançar seus objetivos.

A própria representação da mulher permitiu a normatização de seu comportamento como forma de restringir sua atuação social e utilizar de forma produtiva e, simultaneamente, dócil seus corpos.

A mulher que é, em tudo, o contrário do homem foi o bordão que sintetizou o pensamento de uma época intranquila e por isso ágil na construção e difusão das representações do comportamento feminino ideal, que limitaram seu horizonte ao “recôndito do lar” e reduziram ao máximo suas atividades e aspirações, até encaixá-la no papel de “rainha do lar” sustentada pelo tripé mãe-esposa-dona de casa (MALUF e MOTA, 1998, p. 373).

Para analisarmos a mulher brasileira da contemporaneidade é preciso rever a sua posição social ao longo da história. No Brasil Império, a mulher foi alvo de

apropriação dos europeus, que abusavam sexualmente das índias e logo depois das negras escravas, enquanto suas esposas portuguesas eram mantidas em seus lares e Igrejas, instituições que vigiavam e regulavam seus comportamentos.

No final do século XIX e início do século XX, a mulher brasileira de famílias de baixa renda começou a ocupar empregos em ferrovias, correios, enfermarias e fábricas, mas essas ocupações não modificaram a imagem de mulher ideal para a sociedade.

A entrada da mulher no mercado de trabalho foi um grande desafio para as lógicas de poder, porque era preciso utilizar uma mão de obra produtiva e obediente e, simultaneamente, manter a hegemonia masculina, garantindo a manutenção da imagem feminina como o sexo frágil, sensível e, portanto, incapaz e submissa.

Nesse contexto, foi imprescindível a forte atuação de instituições como o casamento, Igreja e família para permanecer regulando os papéis femininos e privilegiando a tríade mãe-esposa-dona de casa.

No século XX, as instituições citadas acima enfrentaram o desafio de controlá-las, uma vez que as novas condições econômicas do País e das famílias, além de outros fatores culturais, impeliram as mulheres ao mercado de trabalho.

Diante da variedade de questionamentos, experiências e linguagens tão novas que as cidades passaram a sintetizar, intelectuais de ambos os性os elegeram como os legítimos responsáveis pela suposta corrosão da ordem social a quebra de costumes, as inovações nas rotinas das mulheres e, principalmente, as modificações nas relações entre homens e mulheres. Conjugaram-se esforços para disciplinar toda e qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como ameaçadora à ordem familiar, tida como o mais importante “suporte do Estado” e única instituição social capaz de represar intimidadoras vagas da “modernidade” (MALUF e MOTA, 1998, p. 371).

Para melhor compreender a importância dos dispositivos disciplinadores na vida da mulher brasileira no século XX, ater-nos-emos a três instituições que tiveram maior interação em seu cotidiano: casamento, escola e religião.

### 2.2.1. O casamento

O casamento no século XX, independentemente da classe social, era considerado o ponto de partida para a construção de uma família, por isso não poderia ocorrer de forma aleatória.

As formações familiares privilegiavam o nascimento de filhos homens para que a força e inteligência para o trabalho pudesse ser perpetuada e à mulher cabia a estruturação do lar (educação dos filhos, o entretenimento do marido e o zelo com a casa).

Uma mulher que, porventura, ocupasse uma posição no mercado de trabalho não teria isenção de nenhuma das funções de esposa, mãe e dona de casa, deveria apenas somar essas atribuições.

Segundo Maluf e Mota (1998), a imagem da mulher como boa mãe, boa esposa e boa dona de casa refletia o discurso defendido pela Igreja, medicina, por juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela mídia.

O casamento como instituição disciplinadora utilizou dispositivos de adestramento da mulher, como o manual de economia doméstica “Lar Feliz” (publicação de grande sucesso na época, citado por Maluf e Mota, 1998), publicado em 1916, que ditava o comportamento aceitável para homens e mulheres com o intuito de instruir os casais para a construção de seu estado privado.

Segundo o manual, ao homem caberia o sustento e à mulher o culto à felicidade, pois uma casa organizada, filhos educados e fortes, e uma esposa formosa e capaz de prender a atenção do marido reduziria a necessidade masculina de buscar prazeres “mundanos”.

Essa publicação destacava ainda a distribuição de tarefas, mas não extinguia a desigualdade de direitos, ali se privilegiava o respeito entre o casal, que só era possível a partir da obediência plena da mulher aos domínios do homem.

Um outro dispositivo disciplinador legitimado pelo campo jurídico e associado ao casamento foi o Código Civil de 1916, que afirmava o domínio masculino sobre o matrimônio. Ao homem era atribuída a representação legal da família, a

administração dos bens do casal (mesmo os de herança da esposa), a escolha do local de residência e a educação dos filhos. À mulher não era permitido qualquer ato civil, tornando-a legalmente submissa ao marido.

O Código Civil de 1916 concebia o trabalho da mulher, porém, determinava que isso só poderia ocorrer com a autorização expressa do marido ou em alguns casos do próprio julgamento de um juiz.

A honra também pode ser observada como um dispositivo disciplinar dentro da instituição casamento, porque em troca do sustento da família garantido pelo homem, a esposa deveria diferenciar-se socialmente, respeitando a moral e bons costumes para que não sofresse injúria que automaticamente feriria a honra de seu marido. Uma mulher casada não poderia, por exemplo, andar ao lado de um homem que não fosse seu marido, pai ou irmão. Segundo Maluf e Mota (1998), isso poderia manchar a honra familiar e a do esposo.

A honra da esposa e do marido era responsabilidade da mulher porque mesmo que o homem cometesse algo que agredisse os preceitos sociais, como não conseguir sustentar sua casa, cabia a ela manter discrição sobre o assunto e resguardar a honra do marido. Assim, esse dispositivo aprisionava não só o comportamento da mulher no que se refere à sua sexualidade, mas também quanto à sua interação e comunicação com a sociedade.

O casamento era uma instituição disciplinar para mulheres casadas e solteiras também, porque constituir família não era uma opção e tornar-se uma noiva apta a ser escolhida era um desafio que moldava pensamentos e comportamentos femininos.

Se o casamento representava uma etapa superior das relações amorosas, se foi proclamado “garantidor da saúde da humanidade”, o melhor remédio para o corpo e para a alma, e se constituía uma das maiores fontes de “estabilidade social”, era preciso então divulgá-lo e transformá-lo numa necessidade para todos. Os celibatários, visto como ameaça ao edifício social e à pureza do casamento, eram motivo de discursos que não poupavam os homens tampouco as mulheres. É um erro funesto crer que a virgindade conserve o brilho da tez e os atrativos da juventude. A maior parte das mulheres que ficam virgens depois de ter atingido o desenvolvimento completo são assaltadas por uma multidão de indisposições mortais, inimigas da beleza e da saúde. Na medida em que tardam a cumprir os deveres da amante e de mãe, sua pele tende a tornar-se terrosa e baça (MALUF e MOTA, 1998, p. 387).

O celibato de homens e mulheres era considerado uma ameaça à constituição familiar, por isso deveria ser motivo de punição para moças e rapazes que ousassem desobedecer seus pais. Mas para a mulher a situação era ainda mais crítica, porque ela devia se casar tão logo tivesse as primeiras menstruações, com um marido muitas vezes escolhido por seus pais.

A possibilidade de não contrair um casamento era tão ameaçadora, que as meninas, desde muito jovens, adaptavam suas ações às necessidades sociais e ao imaginário de mulher perfeita para o lar.

O amor também pode ser observado como um dispositivo disciplinar, pois tendo em vista manter a ordem social, as classes médias e altas passaram a fiscalizar as múltiplas formas de uniões entre pessoas de classes menos favorecidas. Não era permitido apenas unirem-se uns aos outros por entrega a paixões, era preciso “institucionalizar o amor”.

A moral hegemônica caracterizava como imoral e ilícita qualquer união que não fosse estabelecida pelo casamento e justificava esse ideal como forma de privilegiar o amor em detrimento das junções puramente sexuais a que homens e mulheres se submetiam.

É importante observarmos que o discurso do enaltecimento do amor e sua ligação direta ao matrimônio relacionam-se com as lógicas de dominação social, porque a flexibilização de uma instituição como o casamento permitiria o descontrole sobre os papéis e comportamentos do homem e da mulher no âmbito privado, o que consequentemente resvalaria na sociedade.

A modernização confrontava nas grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, a convivência de mulheres tidas pela sociedade conservadora como ideais, pois cultuavam a discrição, elegância, paciência, sutileza e, acima de tudo, submissão, com as moças cheias de liberdade que pintavam exageradamente seus rostos, reduziam o tamanho das saias, vestidos e aumentavam os decotes, o tom de voz e buscavam sua posição de igualdade na sociedade.

A imprensa da época (início do século XX), principalmente a feminina, defendia que esse confronto só poderia ser vencido pelas mulheres de boa família a

partir da educação e por isso ela deveria assumir seu importante papel na disciplinarização da mulher.

### **2.2.2. A escola**

Segundo Stamatto (2002), durante a colonização do Brasil, particularmente no século XVI, a educação ficou a cargo da Igreja católica que, por meio dos padres educadores, catequizaram os índios. Em 1549, os jesuítas fundaram a primeira escola destinada à alfabetização dos homens brancos das famílias de poder do Brasil. A mulher, quando autorizada pela família, tinha apenas acesso à catequese para aprender orações e cantos, pois estavam designadas a trabalhos domésticos, e por isso não tinha fundamento ensiná-las a ler e escrever.

Nesse período, não existia no Brasil escolas para meninas e raramente uma família optava por alfabetizar suas filhas em casa, ou quando muito eram destinadas a conventos onde recebiam educação, porém voltada à vida religiosa.

A partir de 1720, cinco instituições religiosas destinadas ao enclausuramento e orientação religiosa para mulheres foram fundadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ali, moças solteiras tinham sua castidade garantida para manter a honra da família e recebiam orientações para se tornarem boas mães, boas esposas, aprendiam a ler e a escrever, além de algumas noções de matemática.

Ainda conforme Stamatto (2002) em 1755, o Estado autorizou a criação de salas de aula direcionadas para meninas em escolas régias, mas separadas dos meninos. Os conteúdos eram distintos: para elas, privilegiavam-se os afazeres domésticos e alguma leitura e escrita; para eles, os conteúdos escolares.

É preciso destacar que a escola destinada às mulheres não era extensiva a todas as brasileiras e, sim, às de família da alta sociedade.

Paralelo ao advento da frequência feminina em escolas régias nascia uma profissão para mulheres, o magistério. Moças com a autorização dos pais ou comprovação de viuvez com atestado de comportamento socialmente aceitável poderiam ministrar aulas para meninas.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, criou-se uma instituição de ensino superior voltada à administração e exército, destinada apenas ao homens da Corte.

Em 1827, após a Independência do Brasil, criou-se a primeira escola normal que padronizou a alfabetização e os planos educacionais (disciplinas e conteúdos) da escola e, mais uma vez, ressaltou-se a discriminação contra as mulheres, porque elas não deveriam ter acesso às disciplinas consideradas racionais, como Geometria, por exemplo.

No período do Império, houve como experiência de educação feminina: conventos (administrados pela Igreja), escolas normais e primárias (administradas pelo Estado), colégios particulares (conduzidos em residências com cursos de bordados, costuras, receitas) e asilos (fundados pelo governo, mas administrado pelas Igrejas para jovens órfãs).

Em 1870, com a fundação das escolas protestantes, pela primeira vez no Brasil, meninos e meninas puderam compartilhar da mesma sala de aula e mesmo conteúdo ministrado por professoras mulheres que perpetuaram a conquista do magistério para ambos os sexos. O discurso médico, religioso e jurista da época defendia que a ternura e paciência eram da natureza feminina pela sua dádiva da maternidade, e por isso poderiam conduzir a educação das crianças (meninos e meninas) com mais efetividade.

Apesar do reconhecimento da capacidade profissional da mulher para o magistério e a criação de um discurso que idealizaria o papel da “professorinha”, ainda eram os cuidados com o lar a principal função da mulher.

Por essa razão a professora do ensino público deveria privilegiar o matrimônio, por isso só eram aceitas moças solteiras ou viúvas e assim que contraíssem o casamento eram automaticamente substituídas por outras.

No final do século XIX e início do século XX, raríssimas mulheres e suas famílias começaram a entender a importância da educação como fonte de autonomia e com a autorização e companhia de seus pais (figura masculina) passaram a frequentar cursos superiores.

Acesso ao ensino superior por mulheres eram raros. Em 1883, havia apenas quatro alunas cursando Medicina, o que pode ser considerado o início de uma consciência de busca por igualdade social por meio da educação e cultura.

Porém, para a grande maioria das mulheres (que concordavam com os discursos sociais), a educação feminina não representava sua inserção no âmbito público, uma vez que as instruções obtidas eram primordialmente destinadas ao melhor desempenho como “rainha do lar”. Esse termo foi defendido por diversas instâncias da sociedade ainda por muitos anos.

Baseado na crença de uma natureza feminina, que dotaria a mulher biologicamente para desempenhar as funções da esfera da vida privada, o discurso é bastante conhecido: o lugar de mulher é o lar, e sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã. Dentro dessa ótica, não existiria realização possível para as mulheres fora do lar; nem para os homens dentro de casa, já que a eles pertenceria a rua e o mundo do trabalho. A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia aquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser (Maluf e Mota 1998 p 374.).

A escola, assim como o casamento, foi uma importante instituição disciplinadora da mulher que, por meio de dispositivos como discriminação de conteúdos, separação por gêneros e orientação religiosa perpetuou a imposição de um comportamento que enaltecia o imaginário de mulher ideal baseada na tríade mãe-esposa-dona de casa.

Mesmo com o compartilhamento de espaços escolares entre homens e mulheres a partir do século XIX e com a unificação dos conteúdos no século XX, a escola permaneceu doutrinando comportamentos femininos e masculinos, ao longo da história e, atualmente, ainda podemos perceber a herança dessas doutrinas.

Os uniformes escolares demarcavam, explicitamente, as possíveis atitudes físicas permitidas para as mulheres, pois seria difícil e inadequado dar cambalhotas de saia. Ainda nessa discussão, as brincadeiras ensinadas aos meninos e às meninas sempre discriminavam o imaginário de mulher e de homem: a eles não seria permitido o uso de bonecas ou danças; a elas brincar com peões ou carrinhos seria motivo para advertências levadas à família.

Orientações profissionais também disciplinaram por muito tempo atitudes esperadas para homens e mulheres. A eles caberiam a escolha de profissões como Engenharia, Política, Economia e Física, enquanto que para as mulheres a Dança, a Arte, o Magistério eram as possibilidades de progresso no processo de escolarização, pois estavam de certa forma associadas à principal função da mulher como “rainha do lar”.

Retomando a discussão sobre o papel da educação para intervir no confronto percebido pela sociedade conservadora do início do século XX entre as mulheres com atitudes modernas e as moças com condutas socialmente aceitáveis, a imprensa da época, principalmente a feminina, publicava incessantemente a urgência de dispositivos disciplinares para sustentar a tradição e bons costumes, entre eles, o principal seria a própria educação.

Essa afirmação da mídia legitima a escola como instituição capaz de adestrar o comportamento feminino.

Além da discussão sobre o casamento e a escola como instituições disciplinadoras, devemos nos ater ao papel da religião nesse processo, pois desde a colonização do Brasil, a partir da Igreja, muitas doutrinas foram perpetuadas em nossa sociedade.

### **2.2.3. A religião e a imprensa feminina**

À Igreja foram destinadas funções de educação, orientação religiosa e instruções sobre conduta de comportamento feminino. Isso porque fora do ambiente domiciliar a única interação social permitida à mulher era o convívio religioso.

A instituição da Igreja funcionava como uma extensão da família e muitas vezes a autoridade era ainda superior. Mães e pais aconselhavam-se sobre o destino de seus filhos com os líderes religiosos, sob o receio de cometer um pecado. Além de orientadora, exercia também um papel regulador da moral e bons costumes e por isso detinha poder sobre decisões no âmbito público e privado da sociedade brasileira até meados do século XX.

Disciplinar a mulher era a única forma de evitar a promiscuidade e a possibilidade de o homem se desvirtuar dos caminhos de Deus. Nesse sentido, utilizou dispositivos de disciplinarização feminina como a imagem de Maria para a construção do imaginário de mulher ideal e única aceita socialmente. A partir dos preceitos bíblicos, a Igreja estabeleceu comportamentos socialmente aceitáveis para a mulher, fiscalizou o cumprimento deles, julgou e condenou os possíveis desvios, atendendo dessa forma, diretamente, às lógicas de poder que privilegiavam a submissão feminina, em detrimento da soberania masculina.

A imprensa, no contexto de disciplinarização feminina, agiu como um dispositivo de controle que se articulou ao longo dos séculos e se manteve eficiente para a manutenção das lógicas sociais. No século XX, no Brasil, foi uma atuante defensora de padrões de comportamento e distribuiu imperativamente orientações para o cotidiano feminino, como, por exemplo, dicas para manter a casa organizada, filhos educados, maridos entretidos com ternura, discreta sensualidade e bom humor da esposa, como mostra este decálogo, publicado em uma revista feminina do início do século XX:

I – Ama teu esposo acima de tudo na terra e ama o teu próximo da melhor forma que puderdes; mas lembra-te de que tua casa é de teu esposo e não de teu próximo;

II – Trata teu esposo como um preciso amigo; como um hóspede de grande consideração e nunca como uma amiga a quem te contam as pequenas contrariedades da vida;

III – Espera teu esposo com teu lar sempre em ordem e o semelante risonho; mas não te aflijas excessivamente se alguma vez ele não reparar nisso;

IV – Não lhe peça o supérfluo para o teu lar; pede-lhe sim, caso possas, uma casa alegre e um pouco de espaço tranquilo para as crianças;

V – Que teus filhos sejam sempre bem-arranjados e limpos; que ele ao vê-los assim possa sorrir satisfeito e que essa satisfação o faça sorrir quando se lembre dos seus, em estando ausente;

VI – Lembra-te sempre que te casaste para partilhar com teu esposo alegrias e as tristezas da existência. Quando todos o abandonarem fica tu a seu lado e diz-lhe: Aqui me tens! Sou sempre a mesma;

VII – Se teu esposo possuir a ventura de ter sua mãe viva, seja boa com ela pensando em todas as noites de aflição que terá passado para protege-lo na infância, formando o coração que um dia havia de ser teu;

VIII - Não peças à vida que ele nunca deu para ninguém. Pensa antes que se fores útil poderá ser feliz;

XIX – Quando as mágoas chegarem não te acovardes: Luta! Luta e espera na certeza de que os dias de sol voltarão;

X – Se teu esposo se afastar de ti, espera-o. Se tarda em voltar, espera-o; ainda mesmo que te abandone, espera-o! Porque tu não és somente a sua esposa; és ainda a honra de seu nome. E quando um dia ele voltar, há de abençoar-te. (MALUF e MOTA, 1998, ps. 394, 395 e 396).

A imparcialidade e ao mesmo tempo a intimidade assumida com o universo feminino fez com que a imprensa se perpetuasse como um dispositivo altamente coercitivo que atendia perfeitamente aos propósitos sociais, econômicos e políticos.

Os instrumentos disciplinadores discutidos por Foucault (2011) se fizeram presentes nesse capítulo a partir da percepção das instituições como o casamento, a religião, a escola e a imprensa, fundamentais para o controle social feminino, com o intuito de atender às relações de poder que privilegiavam, no início do século XX, a inferiorização da mulher.

Em certa medida, a imprensa feminina, na contemporaneidade, apesar de suas modificações, ainda mantém a capacidade de manipulação e coerção sobre suas leitoras, como veremos a seguir.

### **2.3. Disciplina e bem-estar para o corpo feminino dentro da seção Bem Viver (Revista *Marie Claire*)**

Dentro da mesma lógica das revistas femininas do início do século XX, *Marie Claire* explicita sua intimidade com o universo feminino e utiliza seu discurso como dispositivo disciplinador da mulher.

Antes de compreendermos o autocontrole sugerido pela *Marie Claire* (tema a ser abordado no Capítulo 3), identificaremos nesse subcapítulo indícios de disciplinarização feminina a partir de padronização de comportamento incitados em suas matérias e anúncios correlacionados à seção *Bem Viver*.

A transformação do discurso da mídia feminina brasileira em relação ao comportamento feminino se deu a partir da passagem do ideal de mulher que antes era baseado na tríade mãe-esposa-dona de casa, para a mulher contemporânea que é aquela que trabalha (em muitos casos é arrimo da família), que é mãe, esposa, mas que antes de tudo é mulher.

O fim do parágrafo anterior ressalta o ser mulher, que para a contemporaneidade está diretamente relacionada à sua aparência. Hoje, o ideal de mulher molda-se a partir da imagem de corpo perfeito (magro, tonificado, jovem e branco, porém, bronzeado) da feminilidade em alta (sensualidade e independência

sexual), sucesso profissional e estabilidade financeira e bem-estar (saúde, qualidade de vida e beleza).

Para a melhor compreensão da construção da imagem da mulher contemporânea podemos retomar a discussão de Giddens (2002) sobre identidade, pois o autor elucida as questões que comprometem a edificação da identidade do indivíduo e como a sua constituição sofre pressões sociais.

A aparente ideia de que a identidade individual é constituída de forma independente e consciente na contemporaneidade não traduz a realidade do universo feminino que ainda perpassa pela necessidade de pertencimento e aprovação do grupo.

A ilustração mais detalhada dessa discussão pode ser alcançada a partir da reflexão sobre quais são as representações de mulher aceitas e legitimadas pela sociedade? Qual a diferença em querer ser ou precisar ser e, ainda, como ela quer parecer ser?

A imagem socialmente desejável da mulher está diretamente relacionada a sua aparência. Ser de uma certa forma e precisar ser outra, está diretamente ligado à necessidade imposta pelas relações de poder de se adaptar a um modelo feminino hegemônico para poder pertencer a um determinado grupo. E a ilusória escolha de querer aparentar uma imagem distante da realidade se dá justamente pela frustração de não alcançar padrões quase utópicos e, por isso, aparentar ser é o que pode redimir a mulher de qualquer marginalização social.

Dentro desse contexto, podemos dialogar com Giddens (2002), pela construção da identidade (conforme discutido na introdução), e Lipovetsky (2000), quando refletimos sobre as novas amarras da mulher.

[...] no momento em que as antigas ideologias domésticas, sexuais, religiosas perdem sua capacidade de controlar socialmente as mulheres, as injunções da beleza constituíram o último meio de recompor a hierarquia tradicional dos sexos, de “recolocar as mulheres em seu lugar”, de reinstalá-las em uma condição de seres existentes mais por seu parecer que por seu “fazer” social. Alquebrando psicológica e fisicamente as mulheres, fazendo-as perder a confiança em si próprias, absorvendo-as em preocupações estético- narcísicas, o culto à beleza funcionaria como uma polícia do feminino, uma arma destinada a deter sua progressão social. Sucedendo a prisão doméstica, a prisão estética permitiria reproduzir a subordinação tradicional das mulheres (Lipovetsky, 2000, p. 136).

A “prisão estética” de Lipovetsky (2000) está visivelmente longe de se extinguir, mas o que podemos observar é que ela está se articulando por meio do discurso de bem-estar para se refugiar de críticas sofridas por mulheres com prática reflexiva.

A própria mídia entende que há mulheres que buscam incessantemente a beleza, mas há também mulheres com senso crítico e por isso entende claramente a distinção entre utopia e realidade, mas para essas mulheres o discurso de bem-estar “cai como uma luva” porque se apropria de discursos médicos, da saúde, tratados por especialistas, e portanto, científicos, que buscam melhorar a vida das pessoas sem segundas intenções comerciais, políticas e econômicas.

Esse aparente controle social disfarçado de discurso de bem-estar invade o cotidiano feminino como podemos observar no texto abaixo:

#### **RETOME SEU EIXO**

Acabaram as férias, passou o Carnaval e com eles se foi o aval para escapar da dieta. Agora é hora de reverter os danos que os petiscos de praia e drinques deixaram fora do nosso corpo. A nutricionista Cyntia Antonaccio dá dicas para desintoxicar o organismo. Só um lembrete: “Quem saiu muito da linha não pode esperar uma fórmula milagrosa para perder peso rápido. O caminho é aliar as dicas a uma dieta balanceada e deixar o corpo responder sem sofrer com o radicalismo” (*MARIE CLAIRE*, edição 228, março de 2010, seção *Bem Viver*, p. 158).

O título da matéria já sugere, pelo verbo “retomar”, que algo que saiu de um lugar deverá ser retomado. Trata-se de recuperar o peso do corpo, isto é, de voltar a ser magra. Estar em dieta para a revista deve ser parte do padrão de comportamento da mulher e, por isso, “escapar” seria abrir uma exceção. O “aval” permitido apenas até o final das férias e do Carnaval, nos alerta sobre a instantaneidade dos prazeres da vida: petiscos e drinques não são permitidos na rotina da mulher ideal, o que entendemos como uma declaração explícita da padronização de comportamento feminino. Esse discurso tenta ser endossado pelo discurso científico, uma vez que há referência a uma nutricionista, que legitima a dieta prevista para a mulher.

A partir da análise de Foucault (2011), as restrições alimentares, dentro desse contexto, são mais um dispositivo de disciplinarização da mulher e consequentemente, um instrumento de controle social.

Disciplinar, nesse caso, é impor padrões de comportamento a partir de orientações sobre os cuidados com o corpo e apenas indiretamente com a beleza. A abordagem da seção *Bem Viver* é feita a partir do bem-estar que promete sugestões para alcançar uma melhor qualidade de vida.

Ter qualidade de vida não é comer ou beber o que se quer; é viver em dieta, o que está relacionado à restrição alimentar, ao consumo de produtos indicados por especialistas e à privação do prazer.

[...] o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 1986, p.80).

As relações de poder se estabelecem pelo corpo e com o corpo, por essa razão, o corpo feminino como um instrumento político, atende às lógicas estrategicamente determinadas pela sociedade. A mulher, dentro dessa conjuntura, atua incessantemente como agente que concebe e legitima, pela sua conduta, as estratégias capitalistas, isto é, de consumo.

A incorporação da dieta ou o desejo profundo de conseguir manter-se magra obriga a mulher a uma disciplina coercitiva e, em alguns casos, até violenta em sua rotina.

Não estamos aqui destruindo o conceito de dieta propriamente dita, o que nos interessa discutir é como essa prática é capaz de adestrar o comportamento feminino, de forma nem sempre confortável, pelo simples fato de a mulher se obrigar a seguir padrões de comportamento que, em muitos casos, são impostos de fora para dentro.

Como a mídia vem ditando costumes e padrões de beleza em larga escala, torna-se cada vez mais difícil a uma mulher ficar satisfeita consigo mesma, uma vez que raramente consegue corresponder a essas imagens e medidas, por mais crítica que seja aos meios. O que observamos, na verdade, é que a “ prisão estética” de Lipovetsky (2000) (já discutida nessa pesquisa) se articula a cada dia, e aprimora seu discurso, a partir do que se entende, genericamente, por bem-estar.

Essa fragilidade da identidade feminina, que é uma marca da contemporaneidade, pode ser justificada por Bauman (2001). Segundo ele, a transformação de identidade passa agora pela “identidade realizável”, ou seja, ela não é mais fruto de uma herança, mas de uma opção consciente dos indivíduos.

Em vista da volatilidade e instabilidade intrínsecas de todas ou quase todas as identidades, é a capacidade de ‘ir às compras’ no supermercado das identidades, o grau de liberdade genuína ou supostamente genuína de selecionar a própria identidade e de mantê-la enquanto desejado, que se torna o verdadeiro caminho para a realização das fantasias da identidade. Com essa capacidade somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade. Ou assim parece.” (...) “Numa sociedade de consumo, compartilhar a dependência de consumidor – a dependência universal das compras – é a condição *sine qua non* de toda liberdade individual; acima de tudo da liberdade de ser diferente, de ‘ter identidade’” (BAUMAN, 2001, p. 98).

Porém, a liberdade de escolha é bastante limitada, pois ainda é preciso corresponder à representação ideal da conduta e aparência feminina.

Dentro desse contexto, *Marie Claire* é ambígua: por um lado, se posiciona como reproduutora autoritária do comportamento e ideal femininos; por outro, como amiga e conselheira que apenas instrui e orienta como as leitoras podem conquistar bem-estar:

#### **A ETIQUETA DO TRABALHO (FORA DELE)**

Manter a compostura dentro da empresa não é tão complicado, já que o próprio ambiente exige formalidade e o bom comportamento é quase instintivo. Mas como se portar com chefes e colegas de trabalho fora do escritório ou em situações como um coquetel profissional? Dois especialistas no assunto – Jaqueline Weigel, diretora executiva da Weigel Coaching e Villela da Matta, presidente da Sociedade Brasileira de Coaching – dão as dicas.

[...] **Você e o CEO da empresa sozinhos no elevador.** Em primeiro lugar, é importante agir de forma natural, sem grandes entusiasmos ou tentativas forçadas de agradar...

[...] **Beber ou não beber num coquetel da empresa.** A regra básica número 1, segundo especialistas, é não tomar bebidas alcoólicas num ambiente profissional. Se não tiver como evitar limite-se a um drinque e dê preferência aos mais leves aos destilados. O principal motivo dessa **regra**, segundo eles, é o fato de o álcool deixar as pessoas mais soltas e, consequentemente, desencadear um comportamento não apropriado, como falar alto ou dar gargalhadas... (*MARIE CLAIRE*, edição 235, Outubro de 2010, Seção *Bem Viver*, p. 222).

É significativo nos atentarmos ao fato de que há o levantamento de questões de etiqueta no trabalho dentro de uma seção que tem o propósito de tratar de bem-estar.

A carreira da mulher é um assunto que pode ser amplamente discutido pela mídia, mas a *Marie Claire* o aborda taxativa e preconceitosamente. Além disso, tenta se mostrar imparcial, uma vez que dá voz a especialistas em *coaching*.

Quando a mídia aconselha padrões de comportamento para a mulher em ambientes de trabalho, ao mesmo tempo reconhece sua inserção na esfera pública e também sua desconfiança, pois sugere que a mulher está na iminência de trair a confiança que lhe foi depositada.

A disciplina de Foucault (2011), mais uma vez, pode ser observada na *Marie Claire*, pois, como vimos no excerto anterior, ela assume o papel de reguladora do universo feminino.

Além de comportamento, a seção também não economiza regras para falar do corpo da mulher. Identificamos, em praticamente todas as matérias, o culto ao corpo, disfarçado de sugestões para se viver melhor, como: dançar traz benefícios para a tonificação dos músculos; beijar queima calorias e sorrir é um instrumento cientificamente comprovado para se viver mais.

#### **SORRIA PARA VIVER MAIS**

Enquanto uma expressão carrancuda precisa de 46 músculos para se formar, o sorriso usa só 17. E as gargalhadas frequentes, segundo nova pesquisa, podem nos acrescentar até sete anos de vida. Cientistas da Wayne State University (EUA) analisaram 230 fotos de jogadores de basebol em 1952 e descobriram que os mais sorridentes viveram até os 79,9 anos enquanto que os mais sérios chegaram, em média, aos 72,9 anos. Para a psicóloga Sandy Gaskins, a afirmação procede. “Se estamos felizes comemos o que é saudável, nos exercitamos mais e investimos melhor nos relacionamentos. Pessoas negativas tendem a ter uma vida social ruim”, diz. Mas sorriso fingido não conta. (*MARIE CLAIRE*, edição 233, Agosto de 2010, seção *Bem Viver*, p. 165).

Desde o final do século XIX e início do século XX, a mulher tinha de estar sempre com um sorriso no rosto para agradar e reter a atenção do marido, mas não bastava qualquer sorriso, deveria ser um sorriso discreto, mas ao mesmo tempo encantador e verdadeiro.

Uma vez que os objetivos das mulheres quanto ao seu comportamento perante um homem mudaram, agora disciplinar a mulher e orientá-la sobre o humor não seria eficaz se não tivesse uma relação direta com o corpo.

Permanece, apesar da passagem do tempo, a ideia de que o discurso, a partir de diferentes “panos de fundo”, se perpetua, contribuindo para a lógica de controle social feminino.

Dentro dessa mesma conjunção de ideias estão presentes (em todas as edições pesquisadas da revista) instruções sobre atividade física. A partir de distintas abordagens há a marca da necessidade de movimentar-se para alcançar o bem-estar.

Contemplou-se a caminhada, corrida, dança e musculação, essa em maior destaque e frequência.

A constante aparição e defesa da movimentação física atende aos quesitos necessários para se alcançar o ideal de mulher com o bem-estar. Isso porque ser magra e tonificada para a *Marie Claire* é viver com qualidade de vida.

A saúde, dentro do assunto “malhação”, é o objetivo que menos se destaca, porque o benefício mais atrativo das imagens, títulos e conteúdo das matérias é o “corpo perfeito”. Mary Del Priore (2000) explica:

Ter um corpo trabalhado está na ordem do dia e não é à toa que o verbo mais empregado é “malhar”. Malhar como se malha o ferro, malhar significando o intenso esforço embutido nesse significante. Trabalhar diferentes partes do corpo que precisam ser modificadas. Do joelho ao culote, do braço à panturrilha, o corpo é visto como fragmento; cada parte podendo ser reesculpida, consertada, desconectada de um todo (DEL PRIORE, 2000, p. 92).

Conforme a autora, a preocupação com a modificação do corpo possível pelo aumento das coxas, panturrilhas e nádegas; o encolhimento e desenho dos músculos do abdome que a malhação proporciona fez do corpo musculoso um ideal de corpo belo e saudável.

Não basta prevenir-se contra doenças, buscar equilíbrio entre corpo e mente para manter-se saudável; o anseio ultrapassa noções de saúde, aliás a prioridade não é essa. Disciplina-se a mulher para atender a um padrão de comportamento, beleza e bem-estar que atenda às lógicas políticas, econômicas e sociais, atualmente pautadas no universo feminino pelo consumo.

Percebemos nesse capítulo dispositivos de disciplinarização da mulher por meio de orientações imperativas da revista *Marie Claire*, que estabeleceu e divulgou durante a vigência da seção *Bem Viver* padrões de comportamento feminino a partir do discurso de bem-estar.

Os dispositivos apresentados nesse capítulo nos mostra como as discussões de Foucault (2011) sobre a disciplina se mantém atuais na mídia contemporânea e se enraíza na sociedade, de forma aparentemente sutil, impondo modelos e padrões que atendem às relações de poder.

Para percebermos não só como os padrões de comportamento feminino são impostos pela disciplina inserida na revista *Marie Claire*, discutiremos no próximo capítulo como se dá, de forma eficaz e econômica, a garantia de que as mulheres acatarão e, mais do que isso, galgarão o alcance dos modelos impostos.

Para isso, refletiremos sobre o autocontrole que extrapolou o campo Judiciário e trouxe para a sociedade uma ferramenta bastante eficiente de controle social.

### 3. BEM-ESTAR: OPÇÃO OU DETERMINAÇÃO?

O discurso de bem-estar da revista *Marie Claire* remete a uma escolha individual em que cada mulher é responsável pela conquista e pelo fracasso caso não se alcance o ideário imposto pelo discurso da revista. E nesse contexto identifica-se uma forma ainda mais econômica e eficaz de controle social da mulher a partir do autocontrole.

Mesmo que de forma sutil percebe-se que a *Marie Claire* incita a culpa e, simultaneamente, se coloca como amiga compreensiva que propõe autoajuda. Dessa forma, a revista sugere que o bem-estar seja algo que possa ser alcançado a partir da realização das práticas sugeridas por ela que, em grande parte, deriva-se de restrição alimentar e exercícios físicos, das quais se privilegiam o consumo de produtos que prometem o embelezamento feminino.

Logo, entende-se que o bem-estar é mais um produto exposto em prateleiras e que alcançá-lo é uma questão de desejo próprio. Esse desejo individual remete à importância que cada mulher dá a si própria como se o fato de ignorar as instruções da revista fosse uma espécie de desleixo, afinal o corpo belo é, para a revista, sinônimo de corpo saudável e buscar a saúde é um dever de cada mulher.

Para essa pesquisa o bem-estar da revista *Marie Claire* em muito se distancia da sua definição estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pois nos remete à impressão de que seja mais uma estratégia para tornar a mulher um instrumento controlado que atenda às lógicas de consumo.

A revista, assim como seus anunciantes, atendem a um mercado feminino que precisa de consumidoras fiéis que aumentem incessantemente o volume de compras de produtos da indústria do bem-estar que relaciona-se com a indústria da beleza.

Atualmente, a revista (conforme destacamos no capítulo anterior) permanece utilizando discursos a favor da disciplina coercitiva, mas que levam suas leitoras não mais a uma disciplinarização concebida por instituições tais como as escolas, casamento e Igreja, como podíamos observar até o início do século XX. Agora, o discurso disciplinador da mídia remete a um dispositivo tão ou mais eficiente, porém,

mais disfarçado, que é o autocontrole. Mais do que usar instituições sociais para vigiar e punir, a intenção é usar um discurso em que a própria mulher opere como vigia e algoz de si própria.

Para melhor entender essa concepção da pesquisa, vamos observar a discussão sobre autocontrole de Foucault (2011) e as noções de bem-estar na contemporaneidade.

### **3.1. Da imposição ao autocontrole social por meio das operações do corpo**

Para compreender o autocontrole a partir das discussões de Foucault (2011), é preciso considerar que o autor demonstrou uma estrutura de domínio da sociedade na qual os indivíduos, totalmente controlados e vigiados, espelhou-se nos modelos utilizados para exclusão dos pestilentos.

Nesses modelos, os governantes identificavam as cidades que tinham indícios da existência da lepra, instituíam a quarentena durante a qual todos os movimentos dos cidadãos eram monitorados. A cidade era dividida em quarteirões que deveriam ser vigiados, hierarquicamente, por síndicos e intendentes, os responsáveis por manter o enclausuramento e controle total, sob o comando do prefeito.

Os indivíduos eram proibidos de sair de suas casas, os mantimentos e suprimentos eram passados por canais criados pela prefeitura e, para identificar a existência de doentes ou de mortos, acontecia uma chamada diária de cada membro da família.

Esse modelo trazia um ideal de poder que contemplava todas as instâncias da sociedade e permitia classificar, controlar e excluir. Partindo do princípio de compreensão de certo ou errado, ou seja, com a consideração de opostos como pestilento e saudável, era possível comparar outros contrários: o normal do anormal, o criminoso do inofensivo etc., e adestrá-los ou excluí-los. Se a exclusão dos leprosos se dava por meio de um discurso aceito que permitia afastá-los da sociedade ativa (que produz), a identificação de um discurso que pudesse excluir aqueles contrários às lógicas de poder seria uma forma perfeita de dominar a todos.

Se é verdade que a lepra suscitou modelos de exclusão que deram até um certo ponto o modelo e como que a forma geral do grande fechamento, já a peste suscitou esquemas disciplinares. Mais que a divisão maciça e binária entre uns e outros ela recorre a separações múltiplas, a distribuições individualizantes, a uma organização aprofundada das vigilâncias e dos controles, a uma intensificação e ramificação do poder. O leproso é visto dentro de uma prática de rejeição, do exílio-cera; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciar; os pestilentes são considerados num policiamento tático meticoloso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide (FOUCAULT, 2011, p. 188).

Excluir uma parte da população, além de permitir o domínio total, traria uma economia de investimentos sociais, porque os indivíduos identificados como contrários aos padrões das lógicas do poder (não mais fazendo parte da sociedade), não necessitariam de qualquer atenção, bastava retirá-los de “cena”, isto é, da vida em grupo com todos os direitos e deveres.

Compreender a ideia de cidade pesteada é importante para percebermos as grandes segregações que, ao longo da história, a humanidade vem sofrendo. Permite-nos, inclusive, compreender as técnicas de transmissão de valores, pois, estando separado dos outros, o indivíduo teria maiores chances de aprender a distinguir o certo do errado e ainda escolher qual padrão seguir, a fim de evitar o submundo e a exclusão social.

A vigilância e o controle absoluto sobre as cidades pestilentas aludiram à possibilidade de vigiar e dominar a totalidade do indivíduo (no âmbito privado e público). A evolução do controle a partir dessa concepção permitia ao Estado estudar formas que viabilizassem uma vigilância social constante e completa.

Um século e meio depois, com o advento do panóptico (conceito sobre o qual vamos nos deter nas próximas páginas desse capítulo), a ideia de se ter completo controle social o (controle do indivíduo no âmbito público e privado, conforme a noção de controle das cidades pestilentas), por meio do corpo, que ora era flagelado, ora adestrado, ora excluído, se fez crucial para o sucesso da vigilância invisível:

O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior,

correspondendo às janelas das torres; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e se suprimem as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 2011, p. 190).

Essas construções permitiam individualizar os corpos, impossibilitando, assim, o contato entre os vigiados, o que evitava qualquer tipo de comunicação. Os alunos, por exemplo, não poderiam copiar uns dos outros, os detentos, tramar planos de fuga ou até mesmo crimes futuros, os doentes não transmitiriam doenças e os loucos não se agrediriam.

Além do espaço físico não permitir o contato, o panóptico possibilitava economia de mão de obra porque apenas um único vigilante poderia controlar um grande número de pessoas. Mas o diferencial mais importante dessa construção foi a possibilidade do vigilante se fazer presente o tempo todo, sem necessariamente estar ali. Os vigiados incorporavam a ideia de que eram observados incessantemente, mesmo sem enxergarem o vigia. A sugestão da ideia da vigilância era o que realmente os impedia de cometer qualquer ato contrário ao esperado. Assim, os operários, por exemplo, trabalhariam sempre com a sensação de serem observados, mas nunca poderiam ver em que momento ou quem era o observador.

Essa invisibilidade da vigilância tinha como intuito instituir uma certeza de observação inverificável, era o princípio do autocontrole, porque a presença do algoz não era o ponto principal da punição, a violência não se materializava em um opressor, o próprio vigiado estabelecia um comportamento adequado para não sofrer sanções consequentes a sua desobediência.

O poder, dessa forma, seria automatizado, pois pouco importaria quem realmente o estaria exercendo, uma vez que ele já estaria instaurado na própria situação. A sujeição seria mecânica, ou seja, o indivíduo deveria pensar voluntariamente: “estou nesse espaço vigiado, preciso me comportar de acordo com seus respectivos padrões”.

O panóptico, também, permitia uma observação individualizada, que poderia classificar o desempenho de cada pessoa, sem a interferência de cópias, contágios etc.. Sem o contato físico entre os membros vigiados, o resultado de suas ações ocorreria sem influência de outros. Em uma classe, por exemplo, o mestre poderia anotar o desempenho de cada aluno, com a certeza da inexistência de colas ou de outras ações indevidas.

Essa construção permitia, ainda, a execução de experiências, treinamentos e formação de comportamentos humanos individualizados, porque as experiências poderiam ser aplicadas, aferidas e comparadas. Os treinamentos poderiam ocorrer simultaneamente para um grande número de pessoas.

É importante compreender o panóptico não só como uma construção com todos os seus diferenciais de controle, mas como uma oportunidade de instaurar novas relações de poder, que até poderiam ser acompanhadas pela própria sociedade. Em uma escola, por exemplo, não só o mestre conseguiria vigiar os alunos, bem como seus familiares. Sobre as relações de poder, é bom reiterar que elas podem ser emanadas a partir de uma determinada situação e não necessariamente de uma pessoa (como o algoz) e, assim, criar condições para que os indivíduos exercitem, cada vez mais, o autocontrole.

Em comparação à cidade pestilenta, que segregava e cria instrumentos e estratégias visíveis e violentas, o panóptico, apesar de também buscar o controle total sobre a vida de um indivíduo é mais sutil no que se refere ao controle social: ele distribui os corpos no espaço, que por terem incorporado as novas relações de poder, primam pelo bom comportamento.

Seguindo a proposta original, salvo algumas adaptações, o esquema panóptico se difundiu em várias instâncias da sociedade, como podemos constatar:

O esquema panóptico, sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação se tornar aí uma função generalizada. A cidade pestilenta dava um modelo disciplinar excepcional: perfeito, mas absolutamente violento; à doença que trazia a morte, o poder opunha sua perpétua ameaça de morte; a vida nela se reduzia à sua expressão mais simples, era contra o poder da morte o exercício minucioso do direito de gládio. O panóptico, ao contrário, tem um papel de amplificação; organiza-se o poder, não pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tornar mais fortes as forças sociais – aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar (FOUCAULT, 2011 p. 197).

Essa difusão se dá pela transformação do que o autor chama de “anatomia política”: o panoptismo é o oposto das relações de poder baseada na soberania; ele prima pelas relações de disciplina, como uma espécie de evolução da disciplina baseada na coerção, que culmina no autocontrole.

A fim de legitimar essas novas relações de poder, os mecanismos disciplinares sofreram transformações, perderam gradativamente sua característica de fortaleza para se tornarem, aparentemente, mais flexíveis. As instituições não eram mais as únicas responsáveis por disseminar a disciplina, e nem mesmo tinham responsabilidade de controlar apenas seus subordinados e, sim, todos em sua volta. A escola, por exemplo, com o pretexto de melhor educar seus alunos, ganhou o direito e a liberdade de investigar os adultos que conviviam com as crianças. Os hospitais, os grupos religiosos e as instituições benfeitoras passaram a assumir, também, o papel de disciplinar a sociedade. Mas é importante destacar que esse papel era exercido de forma sutil e com o discurso de colaboração social.

Essas instituições citadas acima, a partir da lógica do panóptico, permaneciam vigiando seus membros, mas em muitos casos, a vigilância passou a ser inverificável e com isso instituía o autocontrole.

Segundo Foucault (2011), mesmo com a mudança dos mecanismos disciplinares, a disciplina não perdeu sua essência e por isso não pode ser entendida como uma instituição nem como um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que abrange um conjunto de técnicas, ferramentas, métodos, grupos específicos; ela é o que o autor chama de “anatomia do poder”.

Perceber as transformações dos mecanismos disciplinares e entender como a disciplina atua na contemporaneidade, por outros meios e outros discursos (como os da mídia impressa brasileira em circulação), é o tema sobre o qual nos debruçaremos nesse capítulo.

É compreensível entender que o panóptico, que antes era uma construção física, que permitia uma sensação constante e inverificável de vigilância levasse ao autocontrole, mas como hoje, sem essa visibilidade, e as estruturas físicas ele também leva as mulheres a se autocontrolar?

De onde vem essa sensação de vigilância constante? De qual punição a mulher foge?

Um das respostas certamente passa pela mídia, graças ao importante papel social que ela assume na contemporaneidade. Conforme Canclini (2002), a mídia em geral tem o papel não só de transmitir noticiário e entretenimento, mas também representar as cidades e os cidadãos. Dessa forma, repassam a sensação de pertencimento, por meio da construção de um vínculo simbólico entre as pessoas, e assim é possível discipliná-las para que atendam às lógicas de seus idealizadores e/ou patrocinadores.

Dessa forma, a mulher contemporânea entende a mídia como local de encontro com suas iguais, ou seja, a mídia permite que a mulher se encontre com seus grupos de interesse, transmite a ela a sensação de pertencimento a esses grupos e por sua vez, conquista o poder de representar os modelos ideais de cada grupo.

O discurso jornalístico adapta-se a cada nicho<sup>13</sup> de mercado que a mídia atua, assim imprime intimidade com o cotidiano da mulher, o que possibilita o estreitamento da relação mulher/mídia.

Dessa forma, podemos entender como uma mulher pode ter mais informações e identificar-se mais com um modelo de mulher apresentado em uma revista do que com as pessoas com as quais convivem presencialmente em seu cotidiano.

Para entendermos por que uma mulher recorre a uma revista para se perceber como membro de um grupo, podemos recorrer novamente a Canclini (2002), quando discute sobre as modificações estruturais sofridas nas cidades que impossibilitaram o espaço do encontro e da discussão pública.

As cidades tomaram proporções e organizações que privilegiam o movimento, o que dificulta o encontro público para discussões políticas e sociais. Por esses motivos, a mídia substituiu esse papel do espaço público (as antigas praças

---

<sup>13</sup> Segundo Kotler (2006, p. 238), “um nicho é um grupo definido mais estritamente que procura por um mix de benefícios distintos. Em geral para identificar nichos os profissionais de marketing subdividem um segmento em subsegmentos”. Por mix de benefícios, o autor entende o conjunto de vantagens que um produto oferece, que possa atribuir valor percebido pelo cliente.

públicas) e essas discussões passaram a ser pautas dos meios de comunicação. A sociedade, por sua vez, para poder compartilhar dessa noção de participação e pertencimento se apropria, muitas vezes, dos discursos veiculados.

A arquitetura das grandes metrópoles brasileiras segue a configuração do ideal da sociedade disciplinada que, com a sua distribuição de corpo e movimento no espaço e no tempo, evitava aglomerações e transformava multidões em resultados individuais, tornando a população cada vez mais útil e dócil.

Somando a necessidade de pertencimento dos cidadãos ao papel assumido pela mídia, identificamos um poder legitimado, que pode propor um autocontrole, por meio de discursos disciplinares, a fim de alcançar o controle social.

A mulher, ao longo da história do Brasil, não foi estimulada a encontrar-se em praça pública para discutir questões políticas, mas o que nos levou a dialogar com Canclini (2002), é o fato de precisarmos perceber quais lógicas legitimaram o poder da mídia sobre o cotidiano dos indivíduos.

O progresso das cidades permitiu que a mídia se tornasse um lugar de discussão, que atende muito bem aos interesses do poder, porque diferente da praça pública que dificulta o controle de quem ou o que se discutia, uma vez que ela é permeável aos mecanismos de controle. A mídia, a partir da escolha da pauta, possibilita o controle sobre quem, como e quais assuntos irá abordar.

A sociedade brasileira até meados do século XX perpetuou-se como androcêntrica, época em que a mídia se afirmou como um mecanismo para unificar os interesses femininos, apresentar modelos de ideal de mulher, a fim de também controlá-la.

Somando a importante participação da mídia na vida da mulher, haja vista a exagerada visibilidade do corpo feminino, podemos começar a discutir sobre o que é o “panóptico feminino”.

Segundo Santaella (2008), ao longo do século XX, a propaganda e o marketing, por meio da mídia, contribuíram fortemente para a construção da imagem do corpo ideal, relacionando-o a produtos da indústria da beleza. Ainda, conforme a autora, eles incitaram, nas propagandas, o imaginário de corpo perfeito com

promessas de corpo jovem, tonificado e belo. E utilizavam a aparência de modelos contratadas para testemunhar uma conquista possível.

A glorificação e exibição do corpo foi diretamente relacionada a autoestima, pois estar bem consigo mesmo representa estar satisfeita com o próprio corpo, o que não se limita a um sentimento pessoal e intrínseco; é preciso se olhar no espelho e perceber o reflexo da imagem do corpo perfeito reiterado infinitamente pela mídia.

A identidade feminina é percebida pela sociedade por meio da expressão do seu corpo, ou seja, o “interior” de uma mulher fica em segundo plano. Isso não se restringe ao olhar do outro e, sim, ao da própria mulher:

É essa dominância do exterior sobre o interior que nos leva a compreender o poder que a glorificação e exibição do corpo humano passaram a assumir no mundo contemporâneo, poder que é efetivado por meio das diversas formas de estimulação e exaltação do corpo, como se essa exaltação pudesse trazer como recompensa um renascimento identitário ou a restauração de eus danificados e identidades deterioradas. A preocupação com a beleza foi ganhando força no decorrer do século XX. Na contemporaneidade, presenciamos a tendência à supervvalorização da aparência, o que leva os indivíduos a uma busca frenética pela forma e volume corporais ideais.[...]

A mídia constitui-se num dos principais meios de difusão e capitalização do culto ao corpo como tendência de comportamento. De um lado, a mídia, de outro lado, a indústria da beleza são aspectos estruturantes da prática do culto ao corpo (SANTAELLA, 2008, ps. 126 e 127).

Isso quer dizer que a mídia atua como uma espécie de dispositivo capaz de transformar o corpo feminino em um objeto padronizado, passível de comercialização e, dessa forma, sugere uma busca incessante que substitui as construções de vigilância por discursos disciplinadores que incitam o autocontrole.

A mulher representada pela mídia, mais do que bela, é a que se encontra em um estado de bem-estar invejável. A punição, para quem não alcança esse estado, é de grande desconforto, além de exclusão social, por não compartilhar do imaginário de mulher ideal.

Elencamos o termo “panóptico feminino” para discutir a noção de vigilância e punição que a mulher contemporânea incorpora como dispositivo de controle social muitas vezes de forma inconsciente.

A vigilância do panóptico discutido por Foucault (2011), se dá pela certeza de uma vigilância inverificável, já o autocontrole contemporâneo se dá pela certeza individual de observação constante, não só pelas outras pessoas, que de certa forma precisam confirmar a aceitação do indivíduo no grupo, como também da própria mulher, que precisa se sentir singular e, simultaneamente, igual às outras.

A diferença expressiva é que enquanto o panóptico era materializado em instituições disciplinadoras, a mídia coage sutil e livremente e com o apoio da própria mulher, que não só segue as instruções como paga para adquiri-la.

Com relação aos discursos da mídia, a pesquisa ater-se-á às diversas propostas de bem-estar veiculadas na seção *Bem Viver* da revista. Para analisar a seção, foi preciso, antes, conhecer as diferentes noções de bem-estar, propostas por autores distintos, e relacioná-las com a contemporaneidade enfrentada pelas brasileiras.

### **3.2. A definição de bem-estar pela OMS e a sua popularização no Brasil**

Na tentativa de conceituar o termo bem-estar, encontramos uma grande difusão de sentidos que dão margem a distintas interpretações. Mas, dentre eles, ater-nos-emos à definição de bem-estar da Organização Mundial da Saúde (OMS):

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), por bem-estar entende-se qualidade de vida que está além do domínio das intervenções médicas ou condições de saúde em geral. Há, potencialmente, uma variedade maior de condições que pode afetar a percepção do indivíduo, seus sentimentos e comportamentos relacionados com seu cotidiano (BULLINGER et al. apud FLECK et al. 1998).

Como podemos observar, a própria definição da OMS é muito ampla e possibilita uma vasta utilização do uso do termo. Mas mesmo em meio a tanta subjetividade, constatamos que a conquista do bem-estar está relacionada a sentimentos e comportamentos.

A definição, ainda, propõe uma busca individual ao bem-estar, já que se refere a “uma variedade maior de condições que pode afetar a percepção do indivíduo...”. Como a percepção é interna e a critério de cada pessoa, entende-se que o alcance do bem-estar é responsabilidade do indivíduo, assim a preocupação

com a saúde e bem-estar da população sai da instância pública e passa a ser um projeto de vida e responsabilidade dos cidadãos.

Dessa forma, as relações de poder estabelecidas por meio dos discursos de cuidados com o corpo ocorrem a partir da técnica do autocontrole, pois não existe mais a imposição coercitiva para a beleza, saúde e qualidade de vida. Cada indivíduo é que compara a si próprio com os padrões estabelecidos pela lógica do consumo e transmitidos pelas mídias.

A construção do padrão de bem-estar da revista apropria-se dos saberes científicos e, na tentativa de sua popularização, associa a ciência ao cotidiano das pessoas, por meio de dietas (do campo da Nutrição), exercícios (do campo da Educação Física e Anatomia), cremes, óleos e remédios (Farmácia e Química). Dessa forma os ideais de bem-estar têm o embasamento necessário para serem legitimados. É como se tudo para o qual se tem explicação científica fosse verdade incontestável e devesse ser seguido.

Alcançar os padrões midiáticos de bem-estar, por mais que pareça uma escolha, pode se tornar para o indivíduo uma obrigação, para que ele se sinta parte integrante da sociedade, pois é isso o que se espera dele.

A popularização dos saberes da ciência associados ao bem-estar foram constantemente observados na revista *Marie Claire* por meio da utilização de especialistas para confirmar as instruções referentes aos cuidados com o corpo, como já discutimos no Capítulo 2 e continuaremos constatando nos trechos que são discutidos nesse capítulo.

Vejamos o título e chamada da matéria retirada da seção *Bem Viver*:

Edição Janeiro de 2011:

Título da seção: **REGENERE-SE**

Subtítulo: A sensação de renovação que esta época do ano provoca é unânime, tornando-a o momento ideal para cuidar de si. Que tal começar com uma temporada no spa? A seguir, uma seleção dos melhores spas médicos do país. (*MARIE CLAIRE*, edição 238, Janeiro de 2011, Seção *Bem Viver*, p.123).

Imagen 1 - Capa da seção *Bem Viver* – Edição janeiro 2011



Fonte: Foto tirada pela autora, da capa da seção da revista impressa.

O próprio título já nos chama atenção em diversos aspectos. Primeiro, a palavra foi exposta no imperativo, o que sugere uma ordem para a mulher. Segundo, o próprio sentido da palavra, que remete a uma correção ou restauração do corpo feminino, essa palavra não foi aleatória.

É fato que a ideia de regeneração já foi bastante discutida pela humanidade, pelos estudos de observação do corpo que pretendia entender o que levava um indivíduo a infringir regras e como elaborar técnicas de correção (conforme reflexões do Capítulo 1 dessa pesquisa).

Todo conceito que o título traz foi confirmado pela própria chamada que indica spas médicos (medicina do spa traz consigo a autoridade da ciência) como técnicas para a correção ordenadas pela revista.

A imagem, como contraponto, nos remete à ideia de relaxamento, por meio do roupão e chinelos confortáveis, para impor uma ordem de forma sutil, associando a regeneração corporal a momentos agradáveis, quase incitando que ir a um spa médico deveria ser um objeto de desejo da mulher.

É claro que não podemos ser taxativos e acreditarmos que todos que leem as publicações da seção *Bem Viver* a seguem à risca, mas precisamos considerar as proposições consideradas em seus discursos, ou seja, quais são os sentidos construídos por meio de seus enunciados?

Vamos resgatar mais um exemplo da seção.

Edição Novembro de 2010:

Título da Matéria: **ENERGIA DE BOLSO**

Subtítulo: "As barrinhas de cereal são grandes aliadas para **matar** a fome fora de hora ou carregar as energias para o treino. Mas, dentre as tantas opções disponíveis hoje, fica difícil saber o que escolher – e qual a mais indicada para cada ocasião. A nutricionista Priscila Machado, da Clínica Santé São Paulo, dá algumas dicas que podem ajudar". (*MARIE CLAIRE*, edição 236, Novembro de 2010, Seção *Bem Viver*, p. 204).

Imagen 2 - Ilustração da matéria – Edição novembro 2010



Fonte: Retirado do site da revista Marie Claire (lista de referências).

Dentro de uma seção cuja proposta é tratar sobre bem-estar, o discurso é voltado para a construção ou reconstrução de um corpo pautado nos padrões de beleza e magreza por meio da atividade física. Ressaltamos que a pesquisa não se opõe aos benefícios trazidos à saúde da sociedade, pelos campos da Educação Física e afins, nos ativemos aos sentidos construídos, como por exemplo, nessa matéria demonstrada acima, que propõe um trocadilho com as batatas fritas da

lanchonete McDonalds com as barrinhas de cereais que servem para “matar” a fome.

Aqui a aparência de batatas fritas remetem à uma alimentação saborosa, enquanto as barrinhas sugerem um sacrifício que pode ser minimizado pelo retorno proposto que é auxiliar no treino que leva a um corpo magro.

É importante ressaltarmos que a seção tem como proposta discutir sobre o bem-estar feminino, por isso além da definição da OMS pesquisamos sobre a sua popularização no Brasil, como por exemplo, a partir de 2007, o número de academias ter dobrado, alcançando a marca de 15 mil, e em 2010, esse número só perdia para os Estados Unidos (GONÇALVES, 2010).

O termo “bem-estar” tem ganhado um espaço cada vez maior dentro do cotidiano social, e isso pode ser constatado pela ampliação das redes de academia, pela disseminação de centros estéticos, pela grande oferta de produtos relacionados à qualidade vida e bem-estar, pela conquista de espaço nas mídias que tratam só desse assunto, como por exemplo, a estreia em abril de 2011, de um programa, cujo o nome é Bem-Estar, na maior empresa de televisão brasileira, a Rede Globo.

Podemos observar que a popularização do bem-estar ocorre ao mesmo tempo em que o crescimento dessa indústria, que pode ser entendida, segundo Pilzer (2007), como a oferta de produtos e ou serviços que satisfazem necessidades relacionadas à saúde física e mental, com foco em cuidados com o corpo, alimentação saudável e prática de esportes. O autor defende que desde o início dos anos 2000, iniciou-se um setor de grande oportunidade para investidores, pois tratava-se de uma indústria proativa e por isso deveria se diferenciar do que ele chama de *healthcare industry* (indústria dos cuidados com a saúde).

O consumidor da indústria da saúde só reage a partir de um problema, ou seja, primeiro o indivíduo percebe uma doença e depois ele busca produtos que minimizem ou a eliminem, enquanto o consumidor da indústria do bem-estar, voluntariamente, procura viver bem, por isso busca produtos que lhe possibilitem o alcance desse estado.

Dentro desse contexto vislumbrou-se um mercado com vasto portfólio que, ao longo da última década, ganhou cada vez mais adeptos ao consumo de alimentação

sob prescrição médica, cosméticos que retardam envelhecimento e demonstram uma aparência saudável (dentro dos parâmetros dessa indústria), produtos e serviços esportivos, entre outros.

Para ilustrar melhor a participação da indústria do bem-estar no cotidiano dos brasileiros, elencamos o que vamos chamar de seus três grandes pilares: prática esportiva, cosméticos e alimentação, e analisaremos os resultados econômicos gerados em 2012. A eleição desses pilares se dá pelo próprio entendimento do autor Pilzer (2007) sobre a indústria do bem-estar, bem como a considerável relação de produtos e serviços que foram gerados a partir desses aspectos.

Sobre a prática esportiva, nos referimos aos serviços e produtos que sugerem a prática do esporte como fonte de cuidados com o corpo e aparência do indivíduo. Optou-se por academias, porque diferentemente de clubes esportivos, que oferecem diversas modalidades de esportes, a academia concentra equipamentos e serviços que possibilitam a atividade física com fins estéticos em sua essência.

Constatamos que conforme relatório da *International Health, Racquet & Sportsclub Association* (IHRSA) e o Instituto Fitness Brasil, em 2012, o Brasil alcançou a marca de 23.400 academias que gerou um movimento de R\$ 2,45 bilhões anuais (aumento de 30% em número de estabelecimentos e 10% de faturamento em comparação ao ano de 2011). O número de clientes dessas academias alcança 7,3 milhões de pessoas. Esses números garantiram ao Brasil, o segundo lugar em número de academias em funcionamento.

Com relação aos cosméticos direcionados ao bem-estar, consideramos produtos que prometem retardar o envelhecimento, melhorar a aparência da pele e músculos, bem como proporcionar maior qualidade de vida para seus consumidores. Identificamos que, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), a indústria brasileira desse setor obteve um faturamento líquido de imposto sobre vendas de R\$ 34 bilhões em 2012, o que representa um crescimento médio de 10% ao ano no segmento.

Vejamos o comparativo disponível no site da associação:

Tabela 2 - Comparativo da evolução da industria

VARIAÇÃO ANUAL – EM PORCENTAGEM			
ANO	PIB	INDÚSTRIA GERAL	SETOR Deflacionado
1996	2,7	3,3	17,2
1997	3,3	4,7	13,9
1998	0,2	-1,5	10,2
1999	0,8	-2,2	2,8
2000	4,3	6,6	8,8
2001	1,3	1,6	10,0
2002	2,7	2,7	10,4
2003	1,1	0,1	5,0
2004	5,7	8,3	15,0
2005	3,2	3,1	13,5
2006	4,0	2,8	15,0
2007	6,1	6,0	9,4
2008	5,2	3,1	5,5
2009	-0,3	-7,4	9,6
2010	7,5	10,5	10,5
2011	2,7	0,4	4,6
2012	0,9	-2,7	8,9
<b>Acumulado últimos 17 anos</b>	<b>65,3</b>	<b>45,4</b>	<b>401,05</b>
<b>Médio Composto últimos 17 anos</b>	<b>3,0</b>	<b>2,2</b>	<b>10,0</b>

FONTE: IBGE - Banco Central – ABIHPEC- Deflator: Índice IPC FIPE Higiene e Beleza

Fonte: IBGE in ABIHPEC (2013)

Como podemos observar na Tabela 2 o PIB brasileiro em 2012 evoluiu 0,9%, a indústria em geral teve uma queda de 2,7%, enquanto para indústria de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos o crescimento do setor foi de 8,9%.

Ainda segundo a ABIHPEC, os motivos que levaram a essa ascensão foram: o aumento de renda das classes C e D, a participação crescente da mulher no mercado de trabalho, a utilização de tecnologia de ponta o que possibilitou preços menores e mais oferta, lançamento de variedades de produtos que atendem às necessidades dos consumidores com relação ao bem-estar e aumento da expectativa de vida das pessoas, simultaneamente, à necessidade de conservar uma impressão de juventude.

Reconhecemos, por esses números, a presença constante e expressiva de cosméticos no dia a dia do brasileiro como fórmula para se alcançar uma vida melhor e um aparente estado de bem-estar.

Com relação à alimentação que promete saúde e melhoria da aparência do corpo, encontramos dentro da indústria do bem-estar um crescimento relevante da oferta de produtos *light*, *diets*, da categoria zero (sem adição de açúcar) e dos orgânicos. Além do apelo para o consumo de produtos com redução de calorias, das vitaminas, de alimentos que aumentam a sensação de saciedade por maior tempo entre outros benefícios para o emagrecimento e tônus muscular.

Segundo o estudo realizado pela consultoria europeia de pesquisa e análise de consumo, a Euromonitor, a venda de alimentos saudáveis cresceu 136% no Brasil entre os anos de 2005 e 2010, e a projeção é que alcance a marca de US\$ 21 bilhões por ano, em 2014, com produtos saudáveis, que inclui alimentos embalados *diet* e *light*; funcionais fortificados; orgânicos; os naturalmente saudáveis; e os específicos para intolerância alimentar.

Para interpretarmos melhor esses números vamos compará-los com o índice de crescimento nas vendas de alimentos embalados em geral que foi de apenas 44% no mesmo período (2005 a 2010), contra 136%, uma diferença relevante de 92%.

O aumento da procura por alimentação saudável segue a tendência de consumo baseado no apelo ao cuidado com a aparência do corpo e a busca incessante pelo estado de bem-estar.

Em suma, os números apresentados referentes aos três pilares (prática esportiva, cosméticos e alimentação) da indústria do bem-estar reforçam o sentido que a mídia dá para a noção de bem-estar.

Para a *Marie Claire*, o discurso de bem-estar está pautado em consumo de produtos e serviços que permitam o alcance de um padrão para viver bem que está diretamente relacionado com a aparência do corpo feminino, o que atende diretamente à lógica de consumo da indústria do bem-estar.

É importante destacarmos que, como as relações de poder dialogam com a sociedade dentro de um mesmo objetivo e nos enredam em uma teia que mais aparenta liberdade do que imposição, o discurso de bem-estar da *Marie Claire* é a demonstração de um poder que se articula, se modifica, e que, portanto, se atualiza para se manter forte e indestrutível dentro da sociedade.

Ao mesmo tempo em que consentimos e internalizamos os ideais de bem-estar da mídia, fortificamos uma tendência industrial e comercial de produtos e serviços aparentemente saudáveis com a utópica sensação de uma vida melhor.

Observamos até agora a definição de bem-estar da OMS e a forma como essa noção adentrou no dia a dia dos brasileiros. No próximo subcapítulo refletiremos como a *Marie Claire* propõe sua noção de bem-estar como forma de autocontrole social feminino.

### **3.3. O autocontrole em favor da busca pelo bem-estar sugerido pela revista *Marie Claire***

Em consonância com o que já discutimos nessa pesquisa sobre a eficiência do autocontrole social se comparado a outras formas de alcançar os objetivos estabelecidos pelos detentores de poder, tais como o suplício e a disciplina coercitiva, nesse subcapítulo iremos expressar nossa análise sobre a noção de bem-estar estabelecida pela *Marie Claire* em sua seção *Bem Viver*.

Observamos que inversamente ao estresse do cotidiano feminino em função do acúmulo de papéis assumidos pela mulher nos últimos anos (de mãe, mulher e trabalhadora), o bem-estar é abordado nos anúncios e matérias da seção *Bem Viver* como fonte para uma vida melhor.

Reproduzem-se imagens de bem-estar, sempre de mulheres magras, com músculos tonificados, jovens, de pele clara e satisfeitas, supostamente por seguirem as orientações divulgadas no conteúdo da seção. A revista sugere que as leitoras sigam os modelos, isto é, que consumam os produtos veiculados pela indústria do bem-estar.

Na imagem 2, retirada da capa da seção, o tema central é a necessidade do uso de óculos de sol para proteger os olhos, mas o que mais aparece é o corpo da mulher.:

Imagen 3 - Capa da seção *Bem Viver* – Edição novembro 2010, número 236



Fonte: Foto tirada pela autora, da capa da seção *Bem Viver*.

Essa matéria inicia-se e encerra-se na própria capa e apresenta-se como dica baseada em um estudo científico sobre a importância da utilização de óculos de sol para a prevenção contra o câncer. O último trecho destaca que é preciso averiguar se as lentes possuem proteção contra raios UVA e UVB, e para isso a opinião da revista é a que a leitora compre óculos de grandes marcas: “*Em geral, óculos de marcas conceituadas são mais seguros*”.

A diagramação da página não favorece sua legibilidade: o texto, à esquerda, tem letras brancas sob um fundo azul (o céu, em um dia muito iluminado), mas não há contraste suficiente; a maior parte da página dá destaque à imagem da modelo que, como foi fotografada, de baixo para cima, causa a sensação de que é ainda maior do que o “real”.

Por que um tema, aparentemente tão sério, foi tratado de forma sucinta pelo texto, com predominância da imagem? Sugere-se o privilégio que se dá ao corpo em detrimento do conteúdo “científico”, mais parece um pretexto para a afirmar a noção de bem-estar. Essa representação de bem-estar serve não só para apresentar um modelo ideal de mulher, mas também atua como um discurso disciplinador que por meio do autocontrole dita um comportamento adequado e um objetivo a ser seguido.

Nesse sentido podemos dialogar com Lipovetsky (2000) e Foucault (2011) a partir da revista. Da mesma forma como o segundo entendia que o autocontrole é imposto na sociedade de forma a fazer com o que o indivíduo traga para si a responsabilidade de seguir regras, de vigiar a si próprio, o primeiro acredita que a mulher contemporânea é algoz de si mesma para corresponder, numa competição incessante com outras mulheres, à imagem ideal sugerida pela mídia.

A cultura do belo sexo não se limita a pôr as mulheres umas contra as outras, divide e fere cada mulher em si mesma. As imagens superlativas do feminino veiculadas pela mídia acentuam o terror dos arranhões da idade, geram complexo de inferioridade, vergonha de si, ódio do corpo (LIPOVETSKY, 2000, p. 149).

O discurso de bem-estar da revista *Marie Claire* utiliza temas que propõem a melhoria da saúde e qualidade de vida da mulher, reforçando o dispositivo foucaultiano de autocontrole.

A articulação entre interesses comerciais da indústria do bem-estar (que utiliza ideais de beleza para compor um estado imaginário de bem-estar) e a representação textual e imagética de mulher apresentada pela *Marie Claire* agem como dispositivos de autocontrole.

Assim, observamos o seguinte resultado: a mídia sugere, a indústria vende e a mulher procura, acha e consome.

A fantasia de que a indústria só vende o que a consumidora procura nos dá a falsa ideia de que a mulher tem liberdade de escolha, ou melhor, difunde a ideia de que não há alternativa; é quase como se a procura pelo bem-estar fosse uma busca natural da mulher para sentir-se bem.

E a indústria do bem-estar, nessa conjuntura, atua como fonte de realização dos desejos femininos porque permite o prolongamento da aparência jovem, possibilita e facilita o alcance do corpo magro e tonificado, entre outros.

Já a mídia tem um papel tão ou mais importante nesse contexto, pois como formadora de opinião compõe o que é bem-estar e serve eficazmente à lógica de consumo, composta por interesses comerciais e econômicos da sociedade do consumo.

Para melhor compreensão sobre a essência da sociedade do consumo recorremos aos estudos de Baudrillard:

É o seguinte o princípio da análise: nunca se consome o objeto em si (no seu valor de uso) – os objetos (no sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tomado como referência ideal, quer demarcando-o do respectivo grupo por referência a um grupo de estatuto superior (BAUDRILLARD, 1995, p. 60).

Para o autor, a sociedade do consumo pode ser compreendida a partir da reflexão sobre a mudança de sentido que se dá aos objetos e como isso alterou a motivação para o consumo, ou seja, a compra e a utilização de um produto ou um serviço ocorrem não mais para proporcionar conforto ou bem-estar ao indivíduo, ela ocorre para compor sua identidade, para distingui-lo em um grupo. A sociedade do consumo privilegia o ter e não mais o ser.

Entender o consumo quase como extensão dos instintos humanos, naturalizando-o, faz com que a sociedade se torne ainda mais manipulável, porque mais do que valorizar os objetos, enaltecem-se os sentidos que esse objeto assume na vida de uma pessoa. Uma mulher, por exemplo, ao consumir um cosmético para supostamente retardar o envelhecimento, apresenta-se para a sociedade de forma distinta de uma outra mulher, da mesma idade, que não utiliza esse produto. Dessa forma, divide-se pelo consumo mulheres que por idade seriam iguais, mas que não são em função de sua aparência e poder de consumo. Portanto, o consumo é um dos fatores que distingue classes sociais.

A discussão aqui sugerida não é sobre os efeitos de produtos que prometem retardar o envelhecimento feminino, mas sobre a importância que uma mulher lhes dá para olhar-se no espelho e reconhecer-se mais jovem do que realmente é.

Essas definições de mulher, concebidas pelo consumo, permite um controle social, pois a obriga a enquadrar-se nos padrões midiáticos com um discurso mais ameno do que o discurso da beleza, porque ser jovem não é mais ser bela; para *Marie Claire* é sinônimo de bem-estar.

Percebemos, portanto, que a seção *Bem Viver* utiliza o discurso do bem-estar para atender às lógicas do consumo porque, diferentemente do discurso da beleza

que poderia ser opcional (querer ou não ser bela) estar bem é uma espécie de obrigação. Nenhuma mulher quer sentir-se mal.

Vamos nos ater em mais um exemplo da revista.

Imagen 4 - Edição Fevereiro de 2011, número 239



Fonte: Foto tirada pela autora, da seção Bem Viver da revista impressa.

Observamos que essa matéria no interior da seção *Bem Viver* atende ao título Saúde e traz orientações sobre o que é intoxicação do organismo (não a causada por alimentos estragados, mas por excesso de toxinas que prejudicam a saúde) e como eliminá-la.

A revista sugere uma série de alimentos saudáveis para colocar o corpo em equilíbrio e promete que o emagrecimento, apesar de não ser um objetivo, é a consequência.

Agora vejamos, novamente, a foto da mulher que traduz em termos de imagem a representação de corpo em equilíbrio.

Imagen 5 - Destaque da seção *Bem Viver* – edição fevereiro 2011



Fonte: Foto tirada pela autora, da seção *Bem Viver* da revista impressa

Encontramos mais uma vez uma mulher jovem, de pele clara (bronzeada), magra, em uma praia (local que remete lazer). Essa foto está realçada no lado direito superior da matéria. A beleza da garota está diretamente associada ao corpo saudável e ao estado de bem-estar proposto pela seção *Bem Viver*, que sem falar do belo discurso, pela imagem, explicitamente sobre isso, mas com o sentido voltado à saúde.

Esse discurso disciplinador não pode ser considerado coercitivo, mas deve ser discutido em termos de autocontrole, uma vez que não se institui um padrão obrigatório a partir de leis ou moral (como ocorria nas instituições disciplinadoras - casamento, Igreja, escolas.). Agora a ideia é que cada mulher olhe para essa foto de forma comparativa e veja o que é preciso consumir para conseguir se aproximar dessa representação.

É nesse sentido que entendemos o discurso do bem-estar da revista *Marie Claire* como um dispositivo de autocontrole que compõe padrões para se viver bem, associando o belo sexo a um estado natural de qualidade de vida. E esse estado é viabilizado pelo consumo.

Um apelo constante da seção é o da juventude, como se o bem-estar só fosse possível a partir da beleza e que a beleza só existisse para a mulher jovem. Assim, muitas orientações têm como finalidade retardar o envelhecimento para se viver melhor, e o que é mais relevante é que isso deve ocorrer para minimizar apenas a aparência de velhice e não as doenças decorrentes da idade avançada.

Vejamos mais um exemplo da revista.

Edição de fevereiro de 2010, número 227, Capa da Seção.

#### A DIETA DA BELEZA

Não é novidade que alimentação está diretamente relacionada à saúde e à beleza. Mas em todo momento pesquisadores avançam na descoberta dos alimentos nos quais realmente vale a pena investir para manter as células jovens por mais tempo. “Temos nos alimentos todos os nutrientes necessários para cuidar da beleza e retardar o envelhecimento. Só precisamos saber usá-los”, afirma a nutricionista e fitoterapeuta Vanderli Marchiori.

A seguir, *Marie Claire* reuniu os nutrientes que mais contribuem nesse processo de acordo com Vanderli e com o livro recém lançado *Guia de Saúde Natural* (Publifolha), da inglesa Margo Marrone, fundadora da única farmácia do mundo especializada em produtos 100% orgânicos. Além dos alimentos mais falados, como frutas, azeites e oleaginosas (nozes e castanhas), sugerimos outras fontes pouco conhecidas, que consumidas regularmente, podem ser nossa fonte de juventude. (*MARIE CLAIRE*, edição 227, Fevereiro de 2010, Seção *Bem Viver*, p. 207).

Esse exemplo demonstra como a juventude, beleza e saúde estão diretamente relacionadas e quão importantes são para o bem-estar feminino na opinião da revista *Marie Claire*. Pautando-se na análise de discurso, observamos aqui a intertextualidade dos assuntos que se cruzam para dar múltiplas vozes na composição de padrões do imaginário feminino, em que a ciência (pela saúde) legitima as orientações, enquanto o discurso hegemônico da beleza se perpetua por meio de um novo aparente objetivo da mulher, o bem-estar.

Analisamos as matérias da seção com intuito de identificar a partir das discussões de Foucault (2011), de que forma a revista se constitui pelo discurso

como um dispositivo de autocontrole social feminino e para isso nos ativemos à noção de bem-estar apresentado.

Verificamos que a *Marie Claire* apresenta o bem-estar para a mulher com padrões baseados na beleza, (isto é, pela magreza e juventude). Dentro desses dois conceitos, a revista desenvolve conteúdos para indicar práticas baseadas em dietas (alimentos e bebidas), atividade esportiva (ginásticas, caminhadas e musculação) e procedimentos como uso de cosméticos e/ou intervenções médicas que possibilitem uma aparência jovem.

Portanto, as matérias da revista, para essa pesquisa, atuam dentro da lógica de consumo instaurando o que chamamos, no início desse capítulo, de “panóptico feminino”. No processo de investigação, analisamos, também, os anúncios da seção e concluímos que eles confirmam a noção de bem-estar que descrevemos acima e ainda agem como solução para os problemas que possam impedir o alcance do bem-estar feminino.

Vejamos o exemplo de anúncio da seção, edição novembro de 2008, número 212.

Imagen 6 - Anúncio da edição novembro de 2008, número 212



Fonte: Foto tirada pela autora, das páginas da revista impressa..

### Texto do anúncio:

Centrum Apresenta

Ter saúde é importante para viver bem. Estar com o corpo e a mente saudáveis tornou-se uma das grandes buscas dos tempos modernos. **Isso porque o bem-estar está relacionado também a beleza.** Mulheres e homens lotam as academias e clínicas de estéticas em busca de corpos bem definidos e cabelos, rosto e pele sempre suaves e sedosos. Mas isso pode não ser o suficiente se não tiver cuidado também na alimentação. A dieta balanceada, rica em vitaminas e sais minerais, produz efeito importante no nosso organismo. Não é à toa que muitos produtos cosméticos disponíveis no mercado contem em suas fórmulas vitaminas e minerais.

Para quem pratica exercícios físicos é fundamental saber que o músculo precisa de proteína para exercer sua função. As fibras musculares estão cheias de proteínas e são elas que fazem o músculo se contrair. Para ter o abdome definido e a perna durinha, o zinco ajuda tanto na construção como na reconstrução dessas fibras.

Unhas quebradiças, queda de cabelos, pele ressecada podem ser sinais de carência de nutrientes no organismo. Por isso, fique atenta. Especialistas recomendam uma alimentação equilibrada com no mínimo 5 porções diárias (o ideal seria 9) entre frutas, legumes e verduras. Caso não seja possível obter através da alimentação, um polivitamínico pode ser uma opção para ajudar a atingir estas doses diárias de vitaminas e minerais. Assim, além de saúde, você mantém a boa aparência sempre em dia. (*MARIE CLAIRE*, edição 212, Novembro de 2008, Seção *Bem Viver*, p. 239).

Os anúncios e as matérias conversam harmonicamente dentro da seção, seguindo um conceito de bem-estar que privilegia o consumo, o que as distanciam muito da definição apontada pela OMS.

Todos os anúncios têm, explicitamente, um interesse comercial, pois tratam-se de empresas que compraram um espaço em uma revista para promover suas respectivas marcas. Mas o que nos salta aos olhos é a fluidez com que tanto uma matéria de responsabilidade da revista, como uma propaganda, que é de responsabilidade do anunciante, se complementam e dão suporte a interesses comerciais e isso ocorre de forma singela e aparentemente desproposital.

Para fundamentar nossa pesquisa vejamos mais alguns exemplos de anúncios da seção *Bem Viver*.

Imagen 7 - Edição de outubro de 2010, número 235



Fonte: Foto tirada pela autora, anúncio da revista impressa.

Imagen 8 - Destaque da seção *Bem Viver* - Edição de outubro de 2010, número 235

Fonte: Fotos tiradas pela autora da revista impressa

Imagen 9 - Edição novembro de 2008, número 212



Fonte: Foto tirada pela autora, revista impressa

Imagen 10 - Edição novembro de 2010, número 236



Fonte: Foto tirada pela autora, das páginas da revista impressa.

Imagen 11 - Edição novembro de 2010, número 236



Fonte: Foto tirada pela autora, da revista impressa.

Em todos os anúncios pesquisados (132) nesta seção, as mulheres que aparecem são de pele clara e magras e, com exceção de apenas uma propaganda, todas são jovens. Em suma, podemos compreender que o discurso de bem-estar apresentado na seção *Bem Viver* padroniza esse estado por meio de imagens e textos que estereotipam mulheres de forma aparentemente positiva e util.

Os anúncios e as matérias se apresentam como fórmulas para o alcance do estado de bem-estar e isso ocorre como se fosse um objetivo comum das mulheres contemporâneas, sugerindo obrigatoriedade. Essa ideia tanto aprisiona como fere as mulheres porque a ideia é que os padrões são possíveis para todas e as que não os alcançam poderão ser excluídas ou marginalizadas pela sociedade.

Para a *Marie Claire*, o corpo feminino é reduzido a uma imagem que será representada por sua aparência, identificada e reconhecida pela sociedade. Essa imagem forma a identidade feminina e, nesse contexto, impõe padrões de bem-estar que podem ser facilmente seguidos, basta consumi-los. É como se o bem-estar se resumisse a produtos ou serviços embalados e oferecidos em prateleiras pela indústria.

A revista sugere que os cuidados com o corpo, que muito se assemelha ao embelezamento da mulher, sejam práticas do cotidiano feminino contemporâneo de

forma a traduzir a importância que a mulher dá a si própria e o quanto ela é e está de bem com a vida. Ser magra e jovem para a seção é a mesma coisa que ser feliz e, mais do que isso, é demonstrar essa felicidade para o mundo.

A mulher que não se enquadra nos padrões ou que não busca o bem-estar, o faz por desmazelo, afinal as dicas são sempre inseridas no imperativo e alude ações simples e, portanto, não há motivos para não segui-las.

Nessa conjuntura, o discurso de bem-estar da seção *Bem Viver* age como um dispositivo de controle da mulher que garante seguidoras de comportamento e de consumo de produtos e serviços.

A partir de Foucault (2011), podemos compreender que o autocontrole da mulher se dá pela leitura comparativa que institui uma vigilância constante de seus comportamentos e pensamentos sobre o estado de bem-estar. Se o apelo é que todas as mulheres são especiais e precisam se sentir bem não há escapatória.

Em contrapartida ao discurso da *Marie Claire*, a OMS indica que o bem-estar não é algo que pode ser comprado, é um estado possível a partir da percepção do indivíduo com relação à qualidade que há em seu cotidiano, para que sua vida seja plena e isso independe de questões médicas ou de aparência.

Enquanto as mulheres perceberem que estar bem é a mesma coisa que parecer bem dentro dos padrões midiáticos, ignorando seus anseios e valores pessoais, a sociedade continuará controlando-as. Mais que isso: elas reproduzirão o autocontrole, ainda que inconscientemente.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como finalidade contribuir para a reflexão e compreensão, no âmbito da comunicação, sobre as noções de bem estar veiculadas na mídia impressa contemporânea.

Para embasar nossos estudos utilizamos, primordialmente, a obra **Vigiar e Punir** de Foucault (2011), que alude sobre formas de controle social por meio das operações do corpo e utilizamos como categorias de investigação e discussão o suplício, a disciplina e o autocontrole discutidos pelo autor.

Identificamos que ao longo da história da humanidade o corpo humano foi alvo e objeto de poder, a princípio era constantemente utilizado como palco sangrento de sofrimento e execuções, a fim de que a sociedade vislumbrasse na dor e no prolongamento da morte motivação para seguir a moral e lei imposta por seus governantes.

Alguns séculos mais tarde, mais precisamente durante a revolução industrial na Europa, o corpo passou a ser percebido como objeto utilizável e por isso estudiosos passaram a observá-lo como fonte de servidão e submissão.

Concluíram que o corpo flagelado bem como todo o espetáculo do suplício não era economicamente eficaz e por isso passaram a criar dispositivos e instituições disciplinares que permitiam a utilização de sua força física e reduziam a capacidade de reação.

Nesse contexto aprenderam sobre os movimentos corporais, sobre como estruturar espaços de forma que o corpo pudesse ser utilizado em sua totalidade e também criaram métodos de distribuição do tempo para cada tarefa do indivíduo.

Instituições como escolas, hospitais, fábricas, prisões e igrejas conseguiram usar, vigiar e punir o corpo humano a partir do domínio sobre as operações do corpo e a imposição das ordens se dava pela disciplina coercitiva, pela ideia de padronização de comportamento e por coação sobre os opositos como: bom e ruim, normal e anormal, produtivo e improdutivo.

Assim o individuo seguia as ordens porque deveria se enquadrar no estereótipo de aluno ideal, de pessoal normal, de funcionário produtivo, entre outros.

Havia nesse período o controle sobre o corpo a partir da disciplina e isso era possível com uma vigilância constante e visível dessas instituições e dispositivos.

No final do século XIX na Europa a partir da noção do “panóptico” (que tinha como essência instituir o autocontrole por meio da certeza de vigilância inverificável) o corpo passou a ser entendido como objeto que poderia ser produtivamente e economicamente utilizável, mas não mais pela disciplina coercitiva e sim pelo controle que devia partir de cada individuo.

É a transferência da responsabilidade do vigilante para o vigiado, cada individuo deveria seguir determinados comportamentos, não pela certeza da observação alheia, mas porque intrinsecamente haveria a necessidade de segui-los.

Nessa conjuntura a mulher esteve constante em cada momento retratado acima, com o suplício e/ou sofrimento do corpo e mente femininos., Observamos que a mulher, por sua posição de submissão à sociedade androcêntrica, esteve e ainda está presente na contemporaneidade, em algumas comunidades hegemonicamente machistas, como objeto dominado a partir da dor.

Observamos, também, que a disciplina coercitiva articulou-se no universo feminino e por meio das instituições e dispositivos sociais desempenhou um importante papel para o controle social feminino.

Identificamos que o casamento, a escola, a religião e a mídia agiram expressivamente na disciplinarização da mulher ao longo de sua história.

A mulher brasileira, dentro dessas instituições, no início do século XX, foram retratadas como elementos submissos e controlados, para que atendessem às lógicas sociais que privilegiavam hegemonicamente o poderio masculino.

Ainda, na contemporaneidade identificamos, mais especificamente na mídia, indícios de disciplinarização feminina, entretanto houve uma importante modificação no discurso, o que sugere o estabelecimento do autocontrole, que aliás, assemelha-se com a noção discutida por Foucault (2011) no contexto do “panóptico”.

Constatamos que a seção Bem Viver da revista Marie Claire, no período de 2008 a 2011, por meio de suas matérias e anúncios, veicularam noções de bem estar que representavam padrões de comportamento feminino dentro da lógica de consumo que atendia expressivamente à indústria do bem estar.

A revista agia como orientadora de práticas que prometiam o alcance do bem estar, legitimava seu discurso a partir de opiniões de especialistas (discurso científico) e assim reproduzia o controle social feminino.

A Marie Claire, em consonância com a popularização do bem estar no Brasil, aproveitou a tendência das brasileiras em buscar qualidade de vida e a aparência saudável, utilizou discursos estrategicamente pautados em beleza, porém embasados em viver bem para se constituir como conselheira da leitora e sugerir o autocontrole feminino.

Isso porque seguir as dicas não era uma obrigação imposta pela revista, mas sim uma necessidade pessoal da mulher em querer sentir-se e aparentar-se bem. Ser bela não era, nessa seção, o discurso primordial porque a beleza estava disfarçada de bem estar.

As noções de bem estar que a seção Bem Viver propôs nos fez buscar entendimento sobre o que é bem estar e como a distorção desse termo pode reproduzir o autocontrole feminino.

Entendemos que o estado de bem estar não está em um produto cosmético, em uma prática esportiva, em uma dieta ou até mesmo no resultado consequente dessas ações. O bem estar é muito mais do que a aparência de corpo perfeito.

Por isso, não pode ser consumido, pensamos que ele deve ser construído a partir da percepção e do sentimento do individuo em constituir-se como um ser livre de opiniões alheias ou de padronizações impostas que atingem nosso interior como algoz de nós mesmos.

O bem estar é um estado e como tal só pode ser alcançado com a percepção individual de aceitação, com a valorização dos princípios pessoais e com a homeostase, pois só assim conseguimos entender o que realmente queremos e quem realmente somos.

## REFERÊNCIAS

ABIHPEC ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIÊNE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS. **Panorama do Setor. 2013.** Disponível em: <http://www.abihpec.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Panorama-do-setor-PORT-05Abr2013.pdf>. Acesso em 06.06.2013.

ALGRANTI, L. M. **Honradas e devotas:** Mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudoeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olímpio, Brasília: Edunb, 1993.

ANGELI, D. Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade. O corpo feminino em debate. **Estudos Feministas**, número 264. MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.).. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23973.pdf>. Acesso em 04/05/2013.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Relatórios.** 2013. Disponível em: <http://anistia.org.br/direitos-humanos/relatórios>. Acesso em 18/05/2013.

ANTUNES, L. **O que descobrimos sobre as Mulheres- Girafa da Tailândia.** 2012. Disponível em: <http://www.360meridianos.com/2012/08/o-que-descobrimos-sobre-as-mulheres-girafa-da-tailandia.html>. Acesso em 16/05/2013.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade do consumo.** Tradução de: Artur Morão. São Paulo: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Z. **Comunidade:** A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_. **Identidade:** Entrevista à Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J.Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida.** 1<sup>a</sup>.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **O mal-estar da pós-modernidade.** 1<sup>a</sup>.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BBC BRASIL.COM. **Menina de 13 anos morre apedrejada na Somália, diz Al.** 2008. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081103\\_estuprosomalia.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081103_estuprosomalia.shtml). Acesso em 18/05/2013.

BECK, U.;GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. 1ª.ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

**BIBLIA SAGRADA.** MATEUS, 27.32-38.

BITTENCOURT, C. R. **Manual de Direito Penal**, Parte Geral, São Paulo, 2000.

BIRD, E.; DARDENNE, R. W. Mito, registro e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: Questões, teorias “estórias”**. Lisboa. Veja, 1993.

BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: Os conceitos chaves. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

BUITONI, D. S. **Mulher de papel**: A representaçao da Mulher pela imprensa feminina brasileira. Editora Sumus. São Paulo, 2009.

CANCLINI, N.G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública, Campinas, vol. VIII, nº 1, 2002.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf>. Acesso em 23/05/2013.

CASTORIADIS C. ; CUNHA, M. In: BARROS, L. M. **Discursos midiáticos**: representações e apropriações culturais. São Paulo: São Bernardo do Campo, 2011.

CONSTANTINI. L. Feridas para Sempre. **Revista Mundo e Missão**. Número 82, ano de 2004. Disponível em: <http://www.pime.org.br/mundoemissao/mulhersempre.htm>. Acesso em 05/05/2013.

CORREIA, F. **Publicidade e media**. As notícias e os jornalistas: A autonomia jornalística em questão. Lisboa: Caminho, 1997, 118.

COSTA. J. F. **O vestígio e a aura**: Corpo e consumismo na moral do espetáculo. São Paulo: Garamond, 2004.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo. Contraponto: 1992.

DEL PRIORE, M. **Corpo a corpo com a mulher**. São Paulo. Senac. 2000.

EDITORAS GLOBO. **Apresentação Marie Claire.** 2012. Disponível em: <http://corp.editoraglobo.globo.com/marca/marie-claire/> - acesso em 07/05/2012.

EDITORAS GLOBO. **Mídia Kit Marie Claire.** 2012. Disponível em: <http://marieclaire.globo.com/midiakit/index.html>. Acesso em 07/05/2012.

EDITORAS GLOBO. Imagem Barrinhas (imagem 2) Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI18865417736,00ENERGIA+DE+BOLSO+SAIBA+QUAL+BARRINHA+DE+CEREAL+E+A+MAIS+INDICADA+PARA+CADA+.html>. Acesso em 13/08/2012.

EUROMONITOR INTERNACIONAL. **Market research for the health and wellness industry.** 2012. Disponível em: <http://www.euromonitor.com/health-and-wellness>. Acesso em 01/05/2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** 39ª. ed.. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Verdade e poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos.** Vol. 1 Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1994.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FITNESS BRASIL. Mercado arretado. **Revista Fitness Business.** Ed. 58. 2012. Disponível em: [http://www.fitnessbrasil.com.br/novo\\_site/news\\_detalhe.asp?Id=1140](http://www.fitnessbrasil.com.br/novo_site/news_detalhe.asp?Id=1140). Acesso em 02/06/2013.

FLECK, M. P. A. et al. (1998). Desenvolvimento da versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Revista Brasileira de Psiquiatria.** São Paulo, v. 21, n. 1, jan./mar. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44461999000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000100006)>. Acesso em: 15/09/2011.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade pessoal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade.** 2ª.ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, G. Brasil só perde para EUA em número de academias. **ESTADO DE S.PAULO**, 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,brasil-so-perde-para-eua-em-numero-de-academias,585706,0.htm>. Acesso em 07/05/2012.

GREGOLIN, M. R. V. A análise do discurso: Conceitos e aplicações. São Paulo, **Alfa**, v. 39. p. 13-21. 1995.

\_\_\_\_\_. Sentido, sujeito e memória: Com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, M. R. V.; BARONAS, R. (Org.) **Análise do discurso: As materialidades do sentido**. São Carlos (SP): Claraluz. 2001.

GREGOLIN, M.R.V. et al. (Org.) **Análise do discurso: Entornos do sentido**. Araraquara (SP): UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

INTERFILMES. **Informações Técnicas**: paixão de Cristo. 2004. Disponível em: [http://www.interfilmes.com/filme\\_12347\\_a.paixao.de.cristo.html](http://www.interfilmes.com/filme_12347_a.paixao.de.cristo.html). Acesso em 10/10/2012.

KOTLER, P. KELLER, K. **Administração de marketing**: A bíblia do marketing. 12<sup>a</sup> ed. São Paulo: Pearson, 2006.

MALUF M; MOTA, M.L ; Reconditos do Mundo Feminino In **História da vida privada no Brasil – República**: Da *Belle Époque* à Era do Rádio. SEVCENKO, N. (org. do volume) NOVAIS, F. A. (coord. geral da coleção). São Paulo: Companhia das Letras, 1998 – volume 3.

MARCONDES FILHO, C. **A linguagem da sedução**. São Paulo: Perspectiva, 1988, p. 182.

\_\_\_\_\_. **Saga dos cães perdidos**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo. Hackers Editores. 2002, p. 30.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher**. São Paulo. Cia das Letras. 2000.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: Metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2002.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 1992.

PEREIRA, M.E.C. Morel e a questão da degenerescência. **Revista Latino am. Psicopat. Fund.** Vol.11. número 3. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n3/12.pdf>. Acesso em 04/05/2013.

PILZER, Z. P. **New Wellness Revolution - How To Make A Fortune In The Next Trillion Dollar Industry.** New York: John Wiley and Sons, 2007.

POSSENTI, S. Notas sobre linguagem científica e linguagem comum. **Cadernos Cedes.** Campinas: XVII, n. 41, p. 9-24, 1997.

PUFF, J. Número de países que adotam a pena de morte cai, mas execuções aumentam, diz Anistia. São Paulo: **BBC Brasil British Broadcasting Corporation**, 2012. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120326\\_anistia\\_pena\\_de\\_morte\\_j\\_p.shtml#page-top](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120326_anistia_pena_de_morte_j_p.shtml#page-top). Acesso em 18/05/2013.

REBOUÇAS, F. Mutilação genital feminina. **Infoescola : Navegando e aprendendo.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/cultura/mutilacao-genital-feminina-na-africa/> acesso em 30/05/2013.

SANCHES, G. **É impossível descrever a dor', diz modelo sobre circuncisão feminina.** GLOBO.COM, 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/e-impossivel-descrever-dor-diz-modelo-sobre-circuncisao-feminina.html>. Acesso em 01/06/2012

SANTAELLA, L. **Corpo e comunicação:** Sintoma da cultura. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paulus, 2008.

SANT'ANNA, D. Corpo e identidade na propaganda. **Revista Estudos Feministas.** Campinas: UNICAMP, 2006.

SANT'ANNA, D. B. de (org.). **Políticas do corpo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTIAGO, R. A; COELHOII, M.T.A.D. A violência contra a mulher: antecedentes históricos. **SEPA Seminário Estudantil de Produção Acadêmica. UNIFACS Universidade Salvador.** Vol. 11, número 1, 2007. Disponível em: [www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/download/313/261](http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/download/313/261). Acesso em 05/05/2013.

SANTOS, B. S. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1989.

SCOTT, J. Gender: A useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history.** Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2005.

SOUSA, F. A. E. F. Dor: O quinto sinal vital. **Revista Latino-Americana de Enfermagem.** Print version ISSN 0104-1169, vol. 10, nº. 3. Ribeirão Preto, May/June, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692002000300020&script=sci\\_arttext#top1](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692002000300020&script=sci_arttext#top1). Acesso em: 14/05/2013.

STAMATTO, M. I. S. **Um olhar na história: A mulher na escola Brasil: 1549 – 1910.** Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRN, 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>. Acesso em 19/05/2013.

VEJA. **O drama de Sakineh.** Editora Abril, 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/tema/o-drama-de-sakineh> acesso em 18/05/2013.

VILLAÇA, N. **A Edição do Corpo: Tecnociências, arte e corpo.** 2ª ed. Barueri: Estação das Letras, 2007.

WOLF, M. **Teorias da comunicação.** 4ª. ed. Lisboa: Presença, 1995.

ZAMBONI, L. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica.** Campinas: IEL/UNICAMP. 1997.